



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 83

QUINTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 68, DE 1975 (CN)

Da Comissão Mista, sobre a Mensagem n.º 58, de 1975-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.407, de 3 de julho de 1975, que "cancela penalidades, e dá outras providências".

Relator: Senador Saldanha Derzi

O Senhor Presidente da República, nos termos

do art. 55 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 1.407, de 3 de julho de 1975, o qual cancela sanções pecuniárias e juros moratórios dos débitos relativos ao imposto sobre produtos industrializados incidentes sobre produtos da chamada "cerâmica vermelha", no período de 1.º de janeiro de 1970 a 31 de dezembro de 1974.

Deve-se a medida à séria crise que atinge as pequenas e médias indústrias, que se viram sucumbentes em decisões judiciais proferidas pela Suprema Corte, reformando arrestos em mandados de segurança concedidos nas instâncias ordinárias.

Os efeitos das decisões judiciais vieram agravar a situação das empresas, acumulando vultosos débitos fiscais, por longo período, pendentes de solução judicial.

Demonstrando a conveniência do presente diploma legal, alude o Ministro de Estado da Fazenda, na Exposição de Motivos que acompanha aquele texto, ao Decreto-lei n.º 1.347/74, de 24 de setembro de 1974, editado com "objetivos idênticos, em termos gerais, aos ora propostos". Salienta, entretanto, que "não foram atingidos, em sua plenitude, os objetivos do Decreto-lei n.º 1.347/74, em função de alguns fatores, cabendo destacar, dentre eles, o grande número, nesse setor, de empresas de organização rudimentar, espalhadas por todo o território nacional, e a pendência, naquela oportunidade, de solução para expressivo número de litígios judiciais".

A medida em tela concede a anistia das penalidades pecuniárias e dos acréscimos devidos em razão do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.025, de 21 de outubro de 1969, mantendo, todavia, a aplicação da correção monetária.

Por outro lado, a proposição em exame estabelece requisitos aos contribuintes para se habilitarem aos benefícios nela previstos, como dispõe, taxativamente, o art. 3.º

Ainda visando a minimizar o ônus provocado pelo débito fiscal, facilita-se o parcelamento do mesmo, desde que requerido em tempo hábil e atendidas as condições impostas pela legislação vigente e pelas normas regulamentadoras a serem baixadas pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Nos termos do art. 4.º, por derradeiro, fica impedita a restituição de importâncias já recolhidas, inclusive aquelas relativas a acréscimos baseados em lei.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do referido Decreto-lei na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 48, de 1975

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.407, de 3 de julho de 1975.

Artigo Único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.407, de 3 de julho de 1975, que "cancela penalidades, e dá outras providências".

Sala das Comissões, em de de 1975.
— Senador Ruy Carneiro, Presidente — Senador Saldanha Derzi, Relator — Deputado Moacyr Dalla — Deputado Francisco Rocha — Senador Lenoir Vargas — Deputado Ernesto de Marco — Senador Heitor Dias — Senador Gustavo Capanema — Senador Catete Pinheiro — Senador Leite Chaves — Deputado Augusto Trein — Senador Osires Teixeira — Senador Altevir Leal.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 109^a SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE AGOSTO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NABOR JUNIOR — Manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Azevedo Corrêa.

DEPUTADO ANTÓNIO BRESOLIN — Constituição na Câmara dos Deputados de uma Comissão Especial destinada a proceder os estudos da crise da Família em nosso meio.

DEPUTADO SYLVIO VENTUROLI — Acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental. Trabalho do ex-Deputado Euzébio Rocha sobre a matéria.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Necessidade da presença do Brasil na Antártida.

DEPUTADO JOSÉ DE ASSIS — 20^o aniversário da Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG.

DEPUTADO JOEL LIMA — Transcurso do Dia do Maçom.

DEPUTADO NUNES LEAL — Localização do 3^o Pólo Petroquímico no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — A problemática educacional do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO HYDEKEL FREITAS — Homenagem ao Senador Petrônio Portella, na oportunidade da aproximação do término de seu mandato como Presidente da ARENA.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Aprovação do Plano Básico de Saneamento da Amazônia.

DEPUTADO ALCIR PIMENTA — Manifestação recebida de órgão de classe de apoio a projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre cursos de mestrado e doutorado.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Aniversário de fundação da cidade de São Bernardo do Campo—SP.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo ao Governo do Estado de São Paulo em favor do Município de Indaiatuba.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Artigo da "Carta Econômica", editada pelo Banco Real, sobre a Hidrelétrica de Itaipu.

DEPUTADO JOSÉ MARIA DE CARVALHO — Visita feita à Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá—RJ.

DEPUTADO CLAUDIO SALES — Telex do ex-Governador César Cals dirigido ao seu sucessor, apelando para que as possíveis irregularidades ocorridas em seu governo sejam apuradas para definição das responsabilidades.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Acontecimentos alusivos ao 40^o aniversário de pastorado do Dr. João Filson Forem.

DEPUTADO EMANUEL WAISMANN — Necrológio do Professor Pinhas Sapin.

DEPUTADO JORGE PAULO — Necessidade de adoção de um percentual nos preços de aparelhos de som e de instrumentos musicais com a finalidade de criação de Bolsas de Estudo destinadas à formação de novos músicos e artistas brasileiros. Apelo ao Ministro da Educação e Cultura para que determine providências necessárias permitindo aos principais teatros do País promoverem espetáculos folclóricos e musicais.

DEPUTADO ANTÓNIO MORIMOTO — Escolha do Dr. Cláudio Lembo para a presidência do Diretório Regional da ARENA de São Paulo.

DEPUTADO OCTACÍLIO QUEIROZ — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Bastos.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de propostas de emenda à Constituição

— Nº 20/75, que dá nova redação ao § 1º do art. 168 da Constituição Federal.

— Nº 29/75, que acrescenta parágrafo único ao art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil.

1.3.2 — Fala da Presidência

Tramitação conjunta das Propostas por tratarem de matéria correlata e normas a serem observadas em sua tramitação.

1.3.3 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 109ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Marcos Freire — Arnor de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otáir Becker.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osílian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Muriilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Araguaia

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira

— MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy

Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabbardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 359 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (MDB-AC) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nem sempre as notícias chegadas do meu longínquo e querido Estado do Acre trazem a alegria do reencontro com os nomes e os locais que me são particularmente caros, nesta missão que me confiaram os eleitores acreanos.

A freqüência de notícias tristes, entretanto, é, graças a Deus, bastante reduzida — mas, talvez por isso, elas sempre atingem o mais profundo do coração e da sensibilidade.

Trago ao conhecimento da Casa, nesta noite, a comunicação da morte, ocorrida no último dia 31 de julho, do médico Fernando Azevedo Corrêa, em desastre automobilístico na BR-317, trecho Xapuri-Rio Branco. No mesmo acidente faleceram a esposa do benemérito facultativo, Sra. Janete Gomes Corrêa, seu filho Almir Gabriel Gomes Corrêa e um amigo da família, o jovem engenheiro Aurélio da Silva Costa Neto.

O infastoso evento foi consequência da colisão entre o carro do Dr. Fernando Azevedo Corrêa com um caminhão-basculante do DERACRE, que procedia a trabalhos de empicarramento e compactação da pista, para posterior implantação de asfalto.

A falta de segurança na rodovia, entretanto, é total — e vem causando sucessivos acidentes.

Nesse último, que custou ao Acre a vida de um de seus melhores e mais conceituados médicos, a causa direta foi a péssima visibilidade na estrada, que impediu a anteviés do caminhão em sentido contrário.

Formado há 5 anos pela Faculdade de Medicina do Estado do Pará, o Dr. Fernando Azevedo Corrêa estabeleceu-se logo em seguida no Acre, principalmente no Hospital das Clínicas de Rio Branco, onde prestou relevantes e inúmeros serviços à coletividade, destacando-se como cirurgião humanitário e atualizado com as mais modernas técnicas. Não fazia distinção e atendia com a mesma prestimosa atenção a pobres e ricos, poderosos e indigentes.

Em Brasiléia, conheceu a jovem Janete, filha de uma das mais tradicionais famílias do município; do seu casamento nasceu o menino Almir, prenunciando a formação de uma família sólida e feliz, pela educação e pelo nível dos pais e pelas qualidades que o primogênito já evidenciava.

O Estado do Acre, particularmente o povo e a cidade de Brasiléia, chora hoje a perda de um de seus mais promissores médicos — insuperável na dedicação, na honradez e no espírito de abnegação que identifica e dignifica os melhores seguidores de Hipócrates.

Quero registrar igualmente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a lacuna deixada entre os profissionais de nível superior com a morte do Engenheiro Aurélio da Silva Costa Neto, ocorrida no mesmo acidente.

Contratado da firma CITREQ — Companhia Importadora de Tratores e Equipamentos — também era graduado pela Universidade do Pará, de onde havia chegado recentemente para colaborar no progresso do Acre.

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, formulando aos familiares e amigos dos extintos meus mais sinceros pêsames, a expressão do profundo pesar com que sempre assistimos ao desaparecimento de pessoas honradas, dignas e dedicadas ao desenvolvimento e à assistência do povo acreano. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB-RS) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Foi discutida e votada hoje, na Câmara dos Deputados, proposição do Deputado Padre Nobre (MDB-MG), com emenda do

Deputado Alípio Carvalho (ARENA-PR). O requerimento, que preconiza a constituição de uma Comissão Especial destinada a proceder a estudos da crise da família em nosso meio, foi aprovado por unanimidade. É o seguinte:

“Sr. Presidente:

Considerando que a Família, formada pelo casamento, é uma instituição que se entende diretamente com a estrutura e a organização do Estado, tendo, por isso, direito à proteção dos Poderes Públicos (Constituição Federal, art. 175);

Considerando que o Estado não é um simples agrupamento de indivíduos, como pretendem os defensores do atomismo político, mas se constitui a reunião de famílias, que, como sociedades naturais lhe são anteriores;

Considerando que a Sociedade Familiar, como *celula mater* da Sociedade Civil, é o mais importante dos agrupamentos sociais;

Considerando que a Família, como “convivência exigida pela própria natureza do homem para os atos da vida cotidiana”, de acordo com o ensinamento de Aristóteles, sobressai entre os demais agrupamentos humanos, máxime em face de seu superior objetivo, qual seja, o cumprimento ordinário das tarefas cotidianas do homem e da mulher, necessárias à preservação da vida de ambos e à conservação da espécie humana;

Considerando que o Estado existe para ajudar as famílias na consecução de suas finalidades e que a unidade elementar do Estado é a Família, a qual, no dizer de Círcero, é *principium urbis et seminarium reipublicae*;

Considerando que, de acordo com o seu caráter primitivo, a Família não deve ser considerada como uma categoria histórica, vale dizer, como uma instituição artificial, mas como tendo uma origem natural e uma origem divina positiva, com caráter monogâmico e indissolúvel (Gênesis, I, 27 — II, 24; S. Mat. XIX, 5,6);

Considerando que à Família incumbe o indeclinável dever de educar os filhos, imperativo que exige a *perpetuam vitae consuetudinem* já prevista no Direito Romano;

Considerando que a Família é o centro natural da vida afetiva dos indivíduos e que a ela compete proporcionar aos seus membros o conjunto de meios indispensáveis ao desenvolvimento de suas potencialidades;

Considerando que a Família constitui fonte inigualável e insubstituível de segurança para o indivíduo, dela devendo provir originariamente o necessário à sobrevivência de seus membros;

Considerando que fatores diversos de desintegração social têm contribuído, nos últimos anos, para a eclosão em várias partes do mundo de uma crise familiar, que, de tão grave, tem assumido o caráter de crise institucional;

Considerando que ao Congresso Nacional compete, como um dos Poderes da União, promover esforços destinados a defender a Família como instituição natural e necessária à sobrevivência do Estado e preservar-lhe o patrimônio ético e jurídico;

Requeiro, nos termos do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a constituição de uma Comissão Especial, integrada por 20 Deputados, com a finalidade de proceder a estudos da crise da Família em nosso meio, e para, no prazo de 180 dias, propor medidas legislativas adequadas, tendentes a remover-lhes as causas.

Sala das Sessões, 1 de abril de 1975. — Deputado Padre Nobre.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

Dê-se ao texto do Requerimento a seguinte redação:

“Requeiro, nos termos regimentais, Comissão Especial integrada por 10 (dez) Deputados, com a finalidade de el-

borar projeto de lei sobre a estabilidade da Família brasileira."

Justifica-se a Emenda tendo em vista a necessidade de ajustar o pretendido ao texto regimental.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1975. — Deputado **Alípio Carvalho.**"

Justificando o meu voto, disse o seguinte:

De todas as proposições apresentadas nesta Casa, esta é das mais importantes. País que descura da família é Nação que cava sua ruína. Esta Casa, que é o estuário de tudo o que ocorre no País, não apenas pode, mas deve proceder a estudos da crise da família.

Parlamentares provenientes dos mais diferentes setores de atividades têm condições de discutir e opinar sobre a família. Os gritantes problemas que intranquilizam os lares e que geram quadros até horríveis, que a imprensa diariamente registra, no crivo de uma Comissão Especial ganharão corpo e se tornarão passíveis de solução.

Menores abandonados, terroristas, vícios de toda a ordem, dissolução de lares, miséria e promiscuidade constituem doloroso e chocante cortejo que tem sua origem nos lares.

País que não cuida da família é Nação que afunda na ruína, pois a *celula mater* da sociedade é a família. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado **Sylvio Venturolli**.

O SR. SYLVIO VENTUROLI (ARENA-SP) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Amadurecido e masculino, proclamando sem rebuscos a sua maioridade, o Brasil deu um largo e desassombrado passo no rumo do domínio da tecnologia nuclear, num procedimento governamental que teve o mérito de agradar a todo o povo e de sensibilizar toda a sua representação política.

Não é de hoje que ninguém mais ignora a perenidade, a médio prazo, aqui, a longo prazo, além, das fontes energéticas usuais. Por isso mesmo, mais do que nunca, é preciso obedecer ao ensinamento do filósofo: prever, para prover.

Somos, o Brasil de hoje, uma nação continental cuja população já ultrapassou a marca dos cem milhões de habitantes; seremos, segundo os prognósticos científicos, no fim deste século, um país com mais de 200 milhões de habitantes. Cumpre ao presente zelar pelo futuro. Não dominando a tecnologia nuclear, estaremos infelicitando as gerações do porvir.

Nem foi por outras razões que De Gaulle — soldado e estadista — defendendo a posição da França, alertou seus compatriotas:

"O país que dominar a tecnologia nuclear no Século XX será potência no Século XXI."

Se alguma vez o Governo da Revolução teve a unanimidade do pensamento brasileiro apoia-lo, foi no momento em que partiu para a conquista das novas fontes geradoras de energia.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estas minhas palavras, tão calorosas e tão sinceras, quero que valham apenas como prólogo explicativo de minha presença nesta tribuna.

Explique-me.

Um nosso compatriota — e que tão largamente demorou nesta Casa, como representante do povo — o ex-Deputado Euzébio Rocha, produziu um notável trabalho sobre o problema, pondo a nua o dilema — "ser potência ou colônia nuclear" — que importa ser conhecido por todos nós, inclusive como fonte de dados e de observações para nossos procedimentos futuros, como legisladores nacionais.

Quero e desejo, com a sua permissão, Sr. Presidente, ler tão brilhante estudo para que, incorporado ao meu discurso, figure como valioso subsídio ao nosso trabalho futuro.

Eis a peça do ex-Deputado Euzébio Rocha, que leio na íntegra:

A escolha de uma solução nuclear é decisão política. A perspectiva a ser alcançada — previu-a De Gaulle:

"O país que dominar a tecnologia nuclear no Século XX será potência no Século XXI."

É preciso definir os objetivos do Brasil para fixar a estratégia das prioridades. Se o Brasil aspira a ter prestígio internacional e desenvolvimento auto-afirmável, deve preparar-se para programa nuclear capaz de assegurar todas as fases do ciclo do combustível e a instalação de uma indústria livre de fiscalização internacional.

Ser potência ou colônia nuclear — eis o dilema.

Os debates travados no Senado não frutificaram como era de esperar-se, na convocação dos mais ilustres físicos nucleares do Brasil. Eles diriam o que já se fez e o que se deve fazer. Em 1957, era instalado o primeiro reator de pesquisa, pioneiramente no Brasil e na América Latina, no I.E.A. de São Paulo, dirigido pelo ilustre cientista brasileiro e físico nuclear Marcelo Damy de Souza Santos, ex-Presidente da C.N.E.N. Em 1959, a equipe integrante do I.E.A. abria para o Brasil justificada esperança. O Brasil, por métodos próprios, produzia urânio natural nuclearmente puro. Um mês depois, novo êxito marca a atividade do I.E.A., com a produção de urânio metálico nuclearmente puro e, em consequência, estava resolvido o problema do suprimento de combustível nacional, por método verde-amarelo, para um reator de potência alimentado a urânio natural com grafite ou água pesada como moderador. Em 1961, fabricaram o Argonauta, um reator de pesquisa totalmente construído no Brasil. Em 1963, o I.E.A. projetou e construiu, com a colaboração da indústria nacional, um reator de pesquisas subcrítico, hoje instalado na Universidade Federal de Pernambuco. Note-se, ainda, que a Escola Militar de Engenharia já produzia, em escala piloto, água pesada, desde 1964 e que o combustível do Argonauta é fabricado no Brasil. Recentemente, o Instituto Militar de Engenharia construiu um reator de pesquisa subcrítico com urânio natural, produzido pela Divisão de Metalurgia do I.E.A.

Infelizmente, uma política sistemática de anulação de equipes científicas e técnicas orientadas para programas bem definidos, como o grupo do tório, de Belo Horizonte, que contava com a colaboração francesa, afastou os elementos mais expressivos e experimentados, tanto daquela Capital como do I.E.A. de São Paulo, tornando o País cada vez mais importador de conhecimentos e exportador de inteligências.

Os que nada fizeram não são os que podem e devem orientar a política nuclear do Brasil, mas os que revelaram criatividade. Considero da maior oportunidade a Indicação nº 2, do Senador Franco Montoro, com parecer favorável do Senador Jarbas Passarinho, no sentido de que a Comissão de Minas e Energia do Senado ouça vários e ilustres cientistas do Brasil, entre outros: Marcelo Damy de Souza Santos, Cesar Lattes, José Goldemberg, José Israel Vargas, Francisco de Assis Magalhães Gomes, Antonio Francisco Vasconcelos Seixas, Cel. Luiz de Alencar Araripe, Guido Fernando Silva Soares e outros.

Surpreende-me que decisão de tal relevância — objeto de deliberação em setembro de 1974 — até hoje não tenha sido cumprida e nenhum cientista tenha recebido o expediente necessário. Que está havendo no Senado?

Importância da Energia Nuclear

A vinculação da C.N.E.N. ao Ministério das Minas e Energia foi um erro. Na imensa maioria dos países, as comissões de energia nuclear se vinculam diretamente à Presidência da República. Pensar que energia nuclear é produção de energia elétrica, é confundir petróleo com gasolina.

É sem limite o uso da energia nuclear. É preciso ter uma visão de conjunto, no desenvolvimento científico-tecnológico no setor nuclear. A energia nuclear tem a vantagem de ser sobretudo interdisciplinar, ou seja, de provocar o desenvolvimento da geologia física, química, biologia, da indústria eletrônica, da indústria mecânica, da geração de energia elétrica e da computação. O fato estatisticamente comprovado de que em 1980 precisaremos de energia

elétrica de origem nuclear — e sem energia elétrica nada é possível — levou à falsa crença de que bastava comprar um reator pronto, o Reator de Angra dos Reis, como se compra um automóvel, sem outra consequência que a da produção de energia elétrica. Nenhuma participação da indústria nacional e nenhum benefício para o nosso domínio da tecnologia nuclear! Tal opção foi desastrosa. Enquanto isso, a indústria argentina participava com 40% dos fornecimentos para construção da primeira usina atômica daquele país, (Atucha). A Índia, cuja indústria é mais atrasada do que a do Brasil, está projetando e construindo seus próprios reatores de potência e seus explosivos para fins pacíficos.

Um dos aspectos que é preciso ressaltar, em trabalho de divulgação informativo, é o das aplicações das explosões nucleares para fins pacíficos. O Programa Plowshare, em desenvolvimento nos Estados Unidos, revela que a abertura de um novo Canal do Panamá, por explosivos clássicos, custaria cerca de 5 bilhões de dólares. Utilizando-se, entretanto, explosivos nucleares, baixa para 750 milhões de dólares.

O mais recente e importante informe sobre a aplicação das explosões nucleares nos é dado pelo projeto Gasbuggy. Seus resultados permitem a aplicação das explosões nucleares no aproveitamento das jazidas petrolíferas, consideradas antieconômicas pelos métodos clássicos, para recuperação de poços esgotados e exploração do xisto. Um trabalho de engenharia civil, realizado com explosivos nucleares, torna-se cem vezes mais barato do que se fosse executado com explosivos clássicos e mil vezes mais barato do que se fosse feito por terraplanagem. Não deve, pois, o Brasil renunciar ao direito de usar explosivos nucleares para fins pacíficos.

No Caminho da Dependência Nuclear

O Acordo, que exige um sistema de salvaguardas para equipamentos, artesfatos, materiais postos à disposição do Brasil, foi assinado em 08 de julho de 1965, entre o nosso País e os Estados Unidos. O Acordo trilateral de salvaguardas entre Brasil, Estados Unidos e Agência Internacional de Energia Atômica data de 10-3-67. Finalmente, o Acordo vigente entre as três partes é de 17 de julho de 1972, ratificado pelo Parlamento Brasileiro em regime de urgência urgentíssima, sempre prejudicial a um amplo debate em matéria de tal relevância.

A exposição que acompanha o Acordo esclarece que o mesmo,

"Não faz menção ao Tratado de Não-Proliferação. Apenas, durante a sua assinatura, foi lida uma nota pela qual o Governo norte-americano declara entender que o material recebido pelo Governo brasileiro no âmbito do Acordo firmado naquele momento não seria utilizado para explosões nucleares, *qualquer que fossem as suas finalidades*". (o grifo é nosso).

O que se vê no confronto entre vários artigos do Acordo é um contraste entre os deveres dos E.U.A. e os direitos que o mesmo adquire. Os direitos são todos; os deveres são mínimos. Na verdade, esse Acordo aproveita ao Estado detentor de avançada tecnologia nuclear.

No art. XI, letra "B", ... o Governo dos Estados Unidos da América, não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, terá os seguintes direitos:

- a) examinar o projeto de qualquer reator;
- b) outros equipamentos e artesfatos, cujo projeto a Comissão decida ter relevância para a aplicação efetiva a salvaguardas.

Tendo ainda direito a designar pessoal que

"terá acesso na República Federativa do Brasil a todos os lugares e a todos os dados necessários ao inventário do material fértil e do material nuclear especial sujeitos ao parágrafo "B" (2) deste artigo".

Este Acordo é semelhante ao de Cambuy, ao qual já se referia Oswald Aranha.

Tais compromissos estão em desacordo com o pensamento manifestado, em 22-4-70, pelo Presidente Médici (O Acordo foi assinado em 1972) quando afirmou:

"O Brasil se recusa a comprometer o seu futuro obrigando-se por esquemas internacionais, em que lhe são negados direitos e prerrogativas, que se pretendem constituam privilégios de alguns;"

e pelo Presidente Costa e Silva, que categoricamente conclamou em 1967:

"Os brasileiros ao esforço gigantesco de complementar aceleradamente a Revolução Industrial do século XX, se não quisermos ter o Brasil irremediavelmente atrasado na Revolução Tecnológica de nossos dias, se não quisermos vê-lo reduzido paulatinamente à condição de mero importador de técnicas alheias, eterno pagador de royalties sujeito finalmente a uma nova espécie de subordinação — O Colonato da Era Atômica — Espacial."

A primeira construção de um reator alimentado a urânio enriquecido nos levou a assinar o acordo de 1972. Temo que a construção dos demais reatores nos leve à condição de signatário do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), a nova forma de "colonato nuclear".

Tal adesão limitaria o desenvolvimento tecnológico do Brasil, contrariando o que tem sido uma tendência de todos os nossos governos, antes e depois da Revolução de 1964, desde Castello Branco até hoje. A Argentina, a Índia e outros países mantêm-se fora do Tratado.

O Acordo com a Alemanha

Uma das críticas que se formula à opção do urânio enriquecido é da inviabilidade de um programa nacional de energia nuclear capaz de livrar-nos da dependência da importação do urânio enriquecido.

Os físicos nucleares afirmam que são muitos os métodos disponíveis para produzir a separação parcial dos isótopos U-235 e U-238, quimicamente idênticos e fisicamente pouco diferentes. Entretanto, quando se trata de separação em elevadas proporções, para a produção em grande escala de urânio enriquecido para fins pacíficos ou militares, a maioria desses métodos provou ser tecnicamente difícil e de custos proibitivos.

No mundo ocidental, para produção em grande escala de urânio enriquecido e a preço comercialmente compensador, só existem usinas de difusão gasosa nos EUA, na França, Inglaterra e na URSS. Fato esse proclamado na pág. 5 da exposição de motivos que acompanha o Acordo Nuclear de 1972. Será que de 1972 (setembro) para 1975 houve uma mudança tão radical?

A reorientação do Governo no sentido de buscar no Acordo com a Alemanha a transferência de tecnologia, evitando uma dependência exclusiva, é um atalho que pode não levar a caminho satisfatório. Os processos de ultracentrifugação e o jato centrífugo de gás (Jet Nozzle), embora apresentando viabilidade, encontram-se em escala de laboratório. Estas são as possibilidades que a Alemanha pode oferecer para futuramente atender ao fornecimento de urânio enriquecido.

Não é possível, nem conveniente que um programa nacional de energia se fundamente numa hipótese de laboratório.

O poder de pressão do fornecimento de energia pode ser avaliado pelo comportamento dos povos árabes, conseguindo o que seria quase impossível, e pela reação norte-americana, traduzida por Gerald Ford na terrível advertência:

"As nações sempre foram à guerra pela disputa de seus recursos naturais, porém a repetição desse procedimento seria apocalíptica, na era atômica."

Desenvolver o nosso programa de energia na dependência de outro país é uma grave ameaça para os destinos do Brasil.

Com a mesma lealdade, decisão e certeza que em 1953 dirigi-me ao Presidente Getúlio Vargas, revelando-lhe as minhas apreensões pelas consequências de uma redação equivoca em projeto que acompanhava a Mensagem da PETROBRÁS, encontrando naquele líder das lutas nacionalistas todo apoio, hoje, como cidadão, dirijo-me ao Presidente da República, ao Congresso ao qual este País deve incontestavelmente o monopólio estatal do petróleo, ao povo, e a todos quantos possam influir na questão nuclear para que meditem na gravidade da decisão que vamos tomar. Ela pode ser fatal aos destinos do Brasil.

A idéia da construção de uma usina de enriquecimento de urânio, nos moldes da existente nos EUA, é impossível. Não dispomos de tecnologia nem de recursos. Para o teor de 99% de U-235, por exemplo, são necessárias 2.000 operações de difusão. Uma das usinas dos EUA, a de Oak Ridge, consome mais energia elétrica do que Nova York.

Não é possível ter garantia quanto ao suprimento de urânio enriquecido. Recentemente, os EUA suspenderam provisoriamente as remessas de urânio enriquecido aos países do Mercado Comum Europeu, provocando fortes protestos. Há pouco tempo, Joseph McCarthy, encarregado do programa internacional da A.E.C, confirmou a Visão, em Washington, que os EUA não assumem a responsabilidade por encomendas de U-235 (urânio enriquecido) que já não tenham sido contratadas — e pagas. Segundo McCarthy, mesmo produzindo urânio enriquecido a pleno vapor, as usinas já não conseguem atender à demanda interna. São informações divulgadas pela revista Visão.

Tão sombrias perspectivas estão a aconselhar outro caminho.

A Opção Nacional

Um programa nacional de energia, especialmente o de energia nuclear, não pode ficar condicionado a soluções viáveis ou dependentes; deve, se possível, tentar várias opções, mas não pode recusar a que lhe assegura autonomia e segurança. A decisão a ser tomada transcende o problema econômico de produção de energia, para significar a mais importante decisão governamental dos últimos anos.

Um programa nuclear não é constituído apenas de uma fase, de uma etapa, mas de atividades integradas que se desenvolvem desde a obtenção do minério até o projeto e construção de centrais nucleares. Várias destas etapas já foram realizadas nos institutos de pesquisa do Brasil.

Uma das críticas que se pode levantar aos órgãos responsáveis: pelo desenvolvimento da energia nuclear no Brasil, é a da dispersão de esforços. Tempo e recursos foram gastos no simples acompanhamento de projetos estrangeiros, sem uma programação definida em termos de objetivos nacionais. A concentração de esforços e recursos teria dado ao Brasil outro estágio nuclear. Não incidamos, agora, em tais erros.

Todos os países que iniciaram os seus programas nucleares para fins pacíficos, não desejando submeter-se ao Tratado de Não Proliferação das Armas Atômicas, optaram pelos reatores a urânio natural: Inglaterra, França, Índia e Argentina.

A Agência Internacional de Energia Atômica, Boletim 1/2-Fev/abr/74, publica os reatores de potência em funcionamento em todo o mundo, excluindo-se os EUA e a URSS, que mantêm usinas de urânio enriquecido para fins bélicos, o número de reatores a urânio natural é de 51 contra 39 de urânio enriquecido; a potência instalada dos primeiros é de 11.629.50 MW, a dos segundos, 10.735.00.

A escolha do combustível nuclear a ser usado orienta a tecnologia associada com o reator. A construção de uma usina de água pesada não apresenta dificuldade para os cientistas brasileiros. Pode, também, ser adquirida no Canadá ou Suíça. Colocada a primeira usina no país, será ainda mais fácil desenvolver o programa, por meios nacionais, independente de "salvaguardas". O reabastecimen-

to da água pesada não apresenta os perigos do transporte do urânio enriquecido importado e da devolução do plutônio. O combustível dos reatores a urânio natural pode ser fabricado no Brasil.

Quanto ao custo do quilowatt, em termos estritamente econômicos, as opções do urânio natural ou do urânio enriquecido são equivalentes. Pela centralização nos EUA da produção de urânio enriquecido, a tendência é elevar cada vez mais o preço do urânio enriquecido, fato que vem ocorrendo nos últimos anos.

Os reatores a urânio natural apresentam a vantagem de poderem ser recarregados durante a sua operação, o que não acontece com os reatores de urânio enriquecido. As operações de reprocessamento também são bem menos complexas nos reatores a urânio natural.

A construção e operação de um protótipo de reator a urânio natural, não implicaria em recursos financeiros superiores a 150 milhões de dólares para instalação e 100 milhões para custo operacional. Tanto mais importante é tal orientação, quando se sabe que os futuros reatores a fusão nuclear dependerão do domínio da tecnologia da água pesada. Nada perderemos com tal orientação, só temos a ganhar. É o caminho que, com segurança, conduz ao domínio da tecnologia nuclear. É a orientação seguida pela EMBRAER, construindo pequenos aviões, mas que lhe darão completo domínio na tecnologia aeronáutica. Tem sido o caminho trilhado pela PETROBRÁS que já deu auto-suficiência ao País em derivados de petróleo.

A capacidade nuclear é condição indispensável para o País ter prestígio internacional. No estágio atual da tecnologia, sem desenvolvimento nuclear, não poderá haver desenvolvimento econômico.

Importa estabelecer debate em nível nacional em torno da verdadeira natureza da questão nuclear. Convoquem-se os cientistas e os técnicos para deporem no Congresso Nacional.

A Nação esclarecida decidirá o que convém ao Brasil."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ondas de frio, inundações e Antártida

O Brasil acaba de receber o seu quinhão.

Um pouco menor do que o do Paquistão, mas nem por isso menos catastrófico.

Explique: o Brasil não é o Paquistão; este recebeu uma inundação, uma seca, um furacão, um maremoto e mais alguma coisa, enquanto nós recebemos apenas uma onda de frio polar e uma inundaçāo; mas levando-se em conta a diferença de nível entre os dois países (nível sócio-econômico e de desenvolvimento), o nosso quinhão, embora meteorologicamente considerado, não foi menos catastrófico do que o paquistanês.

Ganhamos uma onda de frio, com geadas fortes e até neve, atingindo grande parte do Sul do País e até parte de Mato Grosso, onde nunca geou, como Corumbá, onde a temperatura média é das mais elevadas.

Onda de frio que arrasou com o nosso café por alguns anos, com o trigo também e, para completar a devastação, secou os pastos, atingindo a pecuária e dando causa a incêndios que devastaram muitos hectares de matas.

Como se vê, uma "onda integrada", para usar o termo tão do gosto da burocracia.

Os prejuízos foram, e são, enormes e, certamente, são bem maiores do que os que se anuncia.

Café, trigo, carne e madeira, coisas essenciais, reduzidas a quase zero.

O café, principalmente, que tanto pesa na nossa economia, como todo o mundo sabe e não adianta fingir que não sabe, ou minimizá-lo.

E a especulação à solta, outra "onda" nefasta que atinge diretamente a míngua bolsa do povo.

E faz as delícias, a "glória" dos aproveitadores das altas e negocistas de toda a ordem, e, o que é pior, a dos nossos concorrentes no mercado mundial.

Em suma: uma onda desastrosa, especialmente encomendada para nos causar prejuízos.

É bom assinalar que não é a primeira; já tivemos algumas "ondas" que nos deram prejuízos, mas esta foi a mais forte e mais prejudicial de todas... até o presente. Espero que assim seja.

Azar, simples acaso, caprichos do Pólo Sul?

Para mim, não, como mostrarei adiante.

Simultaneamente, lá no Nordeste, muitos graus de latitude acima, uma "onda", esta de água mesmo, desabou sobre Pernambuco. Isto é, enquanto caía geada e neve no Sul, chovia torrencialmente em Pernambuco e adjacências.

Resultado: enchente catastrófica, a maior dos últimos 50 anos — e não sei se já houve antes outra de maior porte — atingiu a região litorânea e as águas crescidas e tumultuosas do Capibaribe quase riscam Recife do mapa.

Prejuízos também difíceis de calcular e certamente bem além dos que foram anunciados.

Desta vez a "onda" atingiu a economia agropecuária; a lavoura e a indústria do açúcar, gado e outras indústrias que recentemente foram instaladas naquela área e que não são agropecuária, justamente a região mais desenvolvida do Nordeste. E fez mais: causou mortes, destruiu casas, vias férreas, estradas, ruas, fábricas, o diabo.

Trouxe o desabrigado e o desamparo para milhares de pessoas, além da ameaça de epidemias, o que é sempre normal nesses casos. Desemprego e miséria, também.

Quanto a mortos, até hoje não se sabe ao certo quantos foram; isto é, os parentes sabem... mas não podem falar.

Azar, coincidência, caprichos do Pólo Sul?

Não, para mim, e agora vou dizer porquê.

A Terra tem, através das Eras, sofrido alguns períodos de intensa e catastrófica atividade físico-meteorológica, digamos assim, de origem interna ou mesmo externa.

Houve períodos de intensa precipitação de água, com chuvas copiosas e contínuas e consequentes inundações. Um deles, não sei se sobre área restrita ou atingindo áreas mais vastas, foi assinalado até na Bíblia: o chamado Dilúvio, do qual somente Noé, seus parentes, amigos e alguns animais, recolhidos e embarcados na sua "ARCA", se salvaram.

Como as chuvas duraram apenas 40 dias, pode-se inferir que a precipitação foi intensa, mas de curta duração, o que não pode ser considerado como um "período", geologicamente falando. Mas é um indício, bem assinalado até por escrito pelo homem, já bastante evoluído e culto, aliás.

Houve períodos de glaciação, impropriamente chamados de "Era Glacial" (aqui para nós, "ERA" não é "período"), quando os gelos cobriram enormes regiões do planeta. Não totalmente, como se pode pensar, pois, se isto acontecesse, não creio que a Terra voltasse à vida. Por isso, acredito eu, "glaciações" parciais e não totais.

Uma delas aconteceu no final da Era Terciária e atingiu, entre outras, a região Sul do Brasil, justamente a mesma onde atualmente ocorrem geadas; alcançou todo o Sul até a parte sul de São Paulo e pode ser comprovada, pois deixou "testemunhas", como os conglomerados glaciais e os "Varvitos" da Série Itararé, formações rochosas tipicamente de origem glacial e que existem até hoje...

Houve períodos de intenso vulcanismo, com enormes derrames de lavas básicas, como ocorreu, também na Era Terciária e na mesma região do Brasil já citada, dando origem às chamadas "terras roxas", tão ricas para a agricultura. E houve, também, o cataclisma que, segundo De Weguer, deu ao nosso mundo a atual forma, com a formação dos continentes e mares atuais, uma operação plástica que deu nova fisionomia ao nosso mundo.

Intensa atividade partiu os antigos continentes, e as terras, arrastando-se sobre o "Magma", no sentido de Leste para Oeste, formaram novos blocos continentais, dando origem aos atuais continentes, separados pelos atuais oceanos e mares.

Segundo esta hipótese, o Pólo Sul foi deslocado do sul da África para a situação atual; o Brasil estaria ligado ao sul da África e dele se separando; além de outras consequências que seria longo enumerar.

De qualquer modo, é fácil se entender que a história da vida da Terra é longa e acidentada. Eras e períodos se sucedem em constante e intensa atividade, algumas vezes com caráter de cataclismos.

Na verdade, essa atividade é sempre atual e, vez por outra, dá um sinal de "Vida": ora erupções vulcânicas, ora inundações anormais e outras, nas suas várias "esferas", isto é, barisfera, magnosfera, litosfera e atmosfera e, em particular, hidrosfera.

Não vou adiante, pois seria preciso muito tempo. Mesmo porque quero chegar logo onde me proponho, isto é, à Antártida.

É nela, no chamado Continente Branco, que quero chegar porque, todo o mundo sabe, a Antártida é a fonte, a sede da "emissão das massas frias", e são essas massas as responsáveis pela presença ou ausência de chuvas e outros fenômenos meteorológicos em várias e vastas regiões do mundo. À custa delas pode chover ou não em alguns lugares; pode haver frio intenso ou não; pode nevar ou nevar ou não haver nem garoa; podem soprar furacões ou haver calestrios; e por aí afora.

O fato é que delas dependem os regimes climáticos de grandes regiões e, em consequência, a vida nessas regiões. Podem transformar em desertos regiões de clima ameno e regular; podem causar inundações onde nunca choveu; podem fazer cair neve até onde não chove; e podem causar furacões, maremotos e outras coisas. E vamos ficar aqui em matéria de Geologia e Meteorologia.

Vamos à nossa onda, essa maquiavélica onda que tantos males nos causou.

Onda esperta que sabia o que queria; que sabia tática, pois soube desdobrar suas forças em um dispositivo bem flexível e adaptado aos objetivos que selecionou.

Para a Região Sul mandou o escalão geada e para o Nordeste mandou o escalão chuva.

Ataque simultâneo, de surpresa, bem dosado atingiu em cheio os objetivos — arrasou ambas as regiões, tornando-as improdutivas por largo prazo — ...

Onda sabida essa...

Que, além dos efeitos imediatos, causou outros, deles decorrentes, e não menos danosos.

Como altas e especulações, também em "onda", que tornaram mais agoniantes as agruras do povo pobre e sofrido.

Tudo subiu... por causa das geadas e das inundações, dizem os negociantes.

Com o café na crista da "onda", que pulou de Cr\$ 13,00 o quilo para Cr\$ 22,00. O que faz com que muita gente já esteja bebendo chá, mais em conta, por enquanto.

Sorte nossa, pois também produzimos chá, e excelente, que, ao que parece, não foi afetado pelas geadas.

Mas, na hora em que perceberem a chance, os produtores de chá vão aproveitar a "onda" e acabou-se o conforto.

Até que tomar chá é bom para muita gente grande, que não o toma em pequeno... e está bem necessitada.

Vou terminar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, com as seguintes razões finais:

1º — Se a Antártida é a fonte da emissão das massas frias e essas massas são de vital importância para a vida em vastas regiões do globo terrestre, a questão é se saber onde elas vão e como vão. E, principalmente, se vão orientadas por simples caprichos ou iniciativas da Natureza, por simples acaso ou por causas naturais conhecidas, determinadas ou não. Quem lhes determina o trajeto, o itinerário; as lança sobre esta ou aquela região; as orienta, controla e altera, às vezes, o seu curso.

Quem? Não sei — Onde? Sei: na Antártida.

2º — Não acredito que tudo isso aconteça unicamente por caprichos da Natureza ou por causas naturais, por conta do acaso, simplesmente.

Acredito que há, lá na Antártida, alguém que, usando aparelhagem sofisticada e secreta, está controlando as emissões de massas frias.

Há gente lá, fazendo experiências científicas, isto é notório.

Estudos meteorológicos, com finalidades apenas científicas, segundo fazem crer.

Mas a guerra meteorológica existe e é um fato. Como a bacteriológica, a espacial, e outras.

Quem conseguir controlar a emissão das massas frias da Antártida pode se tornar um "Senhor da Guerra", "Dono da Vida e da Morte", para as partes do Mundo que lhe convier. É só lançar as massas frias, que passo a denominar de MF, segundo os meridianos, com alcance que desejar e sobre os objetivos que escolher. Ou desviá-las do seu curso natural, com qualquer finalidade.

Pode, enfim, causar tudo o que elas permitem, ou seja: secas, inundações, maremotos, furacões, glaciação, e talvez outros fenômenos desastrosos e prejudiciais.

Pode arrazar regiões, criar desertos, matar homens e animais, destruir a flora e outras coisas desse tipo.

Pode alterar a ecologia de regiões internas, modificando as condições climáticas reinantes, enfim.

Pode fazer tudo isso com objetivos militares, ou seja, pode fazer a Guerra Meteorológica.

3º — Eu acredito nisto e, quem quiser, que duvide, pense que estou exagerando ou sou vítima unicamente de uma imaginação um tanto fantasiosa.

Não importa, porque a esses eu disse apenas o seguinte: "quem, há uns dez anos atrás, poderia imaginar que, lá nos espaços, a mais de 200 quilômetros da terra, americanos e russos, com suas cápsulas, acoplam as mesmas, passariam de uma para a outra, fariam reuniões e visitas sociais, trocando brindes e gentilezas, comendo hamburgers e caviar (mesmo em tubos ou comprimidos) cantando e bebendo Coca-Cola e Vodka, na maior e mais elevada "distensão" de que há notícia?

Um extraordinário feito, uma quase fantástica conquista da Ciência e da Técnica da Era Espacial, sem dúvida alguma.

Se isto foi possível, provado e comprovado, visto pelo Mundo inteiro, cá de baixo, então qualquer coisa é também possível. Isto é: por que não haver, lá na Antártida, gente controlando a emissão das massas frias com objetivos bem definidos? Por que não a Guerra Meteorológica?

Que responda quem puder, mas vai ser difícil me convencer de "que não é nada disso", e que estou com a imaginação solta, apenas, ou bancando o futurólogo e acusando gente inocente, que só visa ao aperfeiçoamento da Ciência para o bem da Humanidade.

E, antes de mais nada e para acabar:

É preciso, é vital, é imprescindível que o Brasil vá para a Antártida, para a parte que lá lhe pertence e que lá se estabeleça definitivamente, em caráter de permanência efetiva. Para que possa, ao menos, tentar saber o que por lá se passa, a fim de se defender, se puder, com alguma antecedência.

Por razões de Segurança, cis tudo!

E prefiro ver fantasmas na Antártida, do que ver nossa gente, aqui na nossa terra, virar fantasma.

Pode ser que os fantasmas da Antártida não existam, afinal.

Mas os nossos, aqueles lá do Recife, esses existem e só não os vê quem não quer.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José de Assis.

O SR. JOSÉ DE ASSIS (ARENA-GO) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia de ontem, 19 de agosto, transcorreu mais um aniversário — o 20º — das Centrais Elétricas de Goiás S/A, que hoje se coloca entre as maiores empresas do País, com um capital registrado de Cr\$ 606 milhões, acervo patrimonial de 1.550 milhões e distribuindo energia numa área de 360.000 km².

Criada em 19 de agosto de 1955, a CELG iniciou suas atividades com a usina de Rochedo, no rio Meia Ponte, com capacidade de 4.000 kw, partindo logo a seguir para o ambicioso projeto da usina de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, que transformou num grande campo de operações e esperanças do povo goiano, com projeção de construção de suas três etapas.

Com muito sacrifício e dinamismo, levantaram barragens, construíram etapas de obras e pequenas usinas, para que a CELG chegassem, hoje, a uma geração de 275 mil kw em Cachoeira Dourada, 10 mil kw em usinas hidráulicas e 2.000 kw em usinas térmicas (diesel), perfazendo um total de 287.000 kw, que é a sua atual capacidade geradora.

Todavia, com as instalações de mais três etapas de Cachoeira Dourada, de 85.000 kw cada uma, adicionaremos mais 255.000 kw, sendo duas no corrente ano e outra em março de 1976, quando a Cachoeira Dourada alcança sua capacidade final de 445.000 kw.

De 1955 até agora, a evolução do crescimento da empresa tem sido constante, com largos reflexos na economia estadual. As linhas de transmissão se estenderam por todas as regiões, abrangendo também a norte, onde a presença da energia elétrica veio melhorar sensivelmente a qualidade de vida de milhares de pessoas. Em 1956, por exemplo, a capacidade instalada era de 8.000 kw, as linhas de transmissão não passavam de 163 kw e as localidades servidas, em Goiás, eram somente 4. Em 1971, foram registrados grandes avanços em relação à situação anterior, passando a capacidade instalada para 144.000 kw, as linhas de transmissão para 4.990 km e o número de localidades servidas para 172.

A situação, porém, transcorridos mais 3 anos, seria totalmente diferente. Em 1974, a capacidade instalada era de 200.000 kw; as linhas de transmissão atingiam a 6.000 km e eram beneficiadas 216 localidades. Neste ano os dados já mostram novas conquistas: a capacidade instalada é de 287.000 kw (dado de agosto/75), as linhas de transmissão foram acrescidas em 298 km (dado de junho/75) e as localidades servidas passaram a 218 (dado de maio/75).

Cachoeira Dourada é sua principal fonte de produção e outras menores, de solução eminentemente regional ou local, completam o seu sistema gerador como Corujão, Lageado, Lajes e outras.

A expansão da CELG é notável, mormente nos últimos 8 anos. A concretização de Cachoeira Dourada emancipou o nosso Estado e proporcionou o desenvolvimento industrial, social, das cidades, da eletrificação rural e do próprio equipamento do sistema energético do Estado.

De comprador de energia, passamos a vendedor, contribuindo com Minas, Brasília e Mato Grosso.

O número de consumidores acompanhou, de igual forma, o crescimento dos outros setores, pulando de 99.218, em 1971, para 150.756, em maio de 1975, isto para a categoria residencial. A comercial, no mesmo período, subiu de 16.716 para 26.364; a industrial subiu de 1.995 para 3.067 e as ligações rurais passaram de 955 para 2.160.

Parabéns à CELG, à sua brilhante diretoria: Dr. Aylton Roberto Barbalho, Presidente; Dr. Francisco de Assis Gomes da Costa, Assessor Especial; Dr. Aderval Nunes Montalvão, Diretor de Engenharia e Operações; Dr. Jovenir Sebastião Cândido de Oliveira, Diretor Financeiro; Dr. Mário Ribeiro Prudente, Diretor Administrativo, ao ilustre Governador Irapuan Costa Júnior e a todos aqueles que ajudaram a empresa a crescer, nos seus 20 anos de lutas e glórias, para o desenvolvimento de Goiás e de seu extraordinário povo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Haddad. (Pausa.)

S. Ex^o não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Lima.

O SR. JOEL LIMA (MDB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De origem divina e buscando realizar princípios eternos, a Maçonaria tem sido sempre o encontro dos homens de bem, que cultivam o amor ao próximo e a solidariedade constante.

Participando em todos os sentidos na luta pelo bem-estar social e moral do homem, muitas vezes a Maçonaria influiu nas decisões dos povos, ditando caminhos de maior segurança e equilíbrio, pois o Maçon há de ser sempre um homem seguro e equilibrado, não se admitindo aos membros da instituição tergiversarem quando abrangam os ideais, propósitos e caminhos desta secular organização.

E porque souberam os Maçons brasileiros, com dignidade e patriotismo, participar das lutas de Independência do Brasil, o "Dia do Maçon" é comemorado na data de hoje, 20 de agosto. Neste dia, no ano de 1822, na cidade do Rio de Janeiro, na Loja Maçônica Educação e Arte, o Venerável Gonçalves Ledo conclamava a todos os maçons brasileiros para apoiarem o movimento de Independência do Brasil, preconizando a sua proclamação para o dia 12 de outubro daquele ano.

Entretanto, fatos especiais anteciparam aquele passo histórico para 7 de setembro. D. Pedro I era então a maior autoridade maçônica no País, na qualidade de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

E ninguém há de negar que a filosofia maçônica influiu também na filosofia da Revolução Francesa, que, inclusive, adotou como divisa os princípios basilares da Maçonaria, resumidos na trilogia: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Saudo o "Dia do Maçon", que hoje transcorre, lembrando a todos os Srs. Parlamentares que homens de todas as crenças religiosas e princípios políticos podem participar, e de fato participam, desta extraordinária organização, onde não se faz discriminação social e são respeitados todos os pensamentos filosóficos, não se permitindo nos templos maçônicos a discussão de questões políticas ou religiosas.

O Grande Arquiteto do Universo inspira os atos e as ações da Maçonaria e não há dúvida de que a Estrela de Davi constantemente ilumina a cada Maçon, dando-lhes energia bastante, que os leva a buscarem seu aperfeiçoamento moral e a lutarem pelo ideal da fraternidade humana.

Hoje, Sr. Presidente, é o "Dia do Maçon". Eu os saúdo, maçons brasileiros, pelo muito que fazem pela Pátria, estimulando a fraternidade e incentivando a filantropia. Lembro ainda, Sr. Presidente, a inauguração festiva da Loja Maçônica Phénix, localizada no Bairro do Coelho, Município de São Gonçalo, quando lá compareci e pude assistir ao entusiasmo de uma grande multidão que lá compareceu, desde o mais humilde à mais alta autoridade civil e militar presentes àquela inauguração.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airtón Soares. (Pausa.)

S. Ex^o não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nunes Leal.

O SR. NUNES LEAL (ARENA-RS) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A escolha de localização do 3º Pólo Petroquímico continua sendo aguardada com o mais vivo interesse por todo o Rio Grande do Sul, dada a sua alta significação para o Estado.

O reclamo, que parte de todas as classes sociais do meu Estado, apoia-se em estudos de viabilidade econômica, realizados, ainda ao tempo da administração do Governador Euclides Triches, por um consórcio de firmas nacionais e estrangeiras, de comprovada capacidade, e sob a orientação da Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Esses estudos, à época, foram encaminhados ao

Excelentíssimo Senhor Presidente da República por aquele ilustre ex-Governador.

Já na administração do também ilustre Governador Sinval Guazzelli, os estudos foram complementados com novos dados e informações e, igualmente, entregues ao Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel.

Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de uma legítima reivindicação a que o Rio Grande do Sul se julga com indiscutível direito.

O meu Estado tem colaborado histórica e permanentemente no desenvolvimento do Brasil e, de modo especial, nesta fase difícil que atravessamos, em que nossa balança comercial externa apresenta saldos negativos, quando os produtos gaúchos concorrem inegável e substancialmente para a obtenção das divisas de que tanto necessitamos.

A imprensa tem noticiado que a soja será, no corrente ano, o produto que contribuirá para o País com maior soma de divisas, devendo mesmo alcançar a casa dos dois bilhões de dólares, sobrepondo o açúcar, o café e os demais produtos de exportação.

Além da soja, concorremos com carne, lã e com trigo, que trazem divisas e economizam importações.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Rio Grande do Sul julga que deve, também, participar da parte nobre dos empreendimentos, e não se limitar ao trabalho agrícola. Quer industrializar-se, quer abrir melhores perspectivas de emprego para os seus jovens, seus técnicos e seus operários.

Não somos contra nenhum outro Estado, nem contra a pretensão daqueles que defendem outra localização para o 3º Pólo Petroquímico. Julgamos, apenas, Sr. Presidente, que será mais lógico, será de maior interesse para o Brasil que um novo pólo petroquímico seja instalado no Sul do País, ao invés de apenas desenvolver ou ampliar os já existentes.

Se for possível a realização simultânea desses dois objetivos, tanto melhor. Mas, se tivermos que fazer opção por uma ou outra medida, se tivermos que sacrificar o 3º Pólo Petroquímico, que tanto desejamos e necessitamos, para que outros já existentes sejam ampliados, não nos convencem os argumentos até agora apresentados, de que essa segunda solução daria resultados mais imediatos, para atender à demanda prevista de nosso mercado interno.

Temos que pensar no Brasil de amanhã, que não pode continuar concentrando todo o seu desenvolvimento industrial em poucas áreas, pois estamos pagando muito caro pela concentração já existente, que não deve ser estimulada.

A localização de um Pólo Petroquímico no Rio Grande do Sul ocorrerá inevitavelmente e, quanto antes isto tornar-se realidade, tanto melhor para o Estado e para o Brasil.

Se pretendemos ter cada vez maior projeção continental, se sem veleidades de liderança queremos participar do desenvolvimento da América do Sul, se queremos manter ativo intercâmbio comercial com nossos vizinhos, o Pólo Petroquímico no Rio Grande do Sul seria um fator de estímulo a esse intercâmbio, pela nossa situação geográfica fronteiriça com a Argentina e com o Uruguai e próxima do Paraguai.

O Rio Grande do Sul deseja continuar crescendo com o Brasil, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, e para isto precisa intensificar de maneira decisiva seu processo de industrialização.

O 3º Pólo Petroquímico será um passo decisivo nessa caminhada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A situação educacional do Estado do Rio de Janeiro reflete dolorosa realidade até então acobertada pelos últimos governos das duas Unidades Federativas unificadas. As estatísticas recentes divulgadas esclarecem que, na faixa etária de 3 a 13 anos, estão sem estudar mais de 500 mil crianças e, freqüentando escolas públicas, apenas

200 mil. Ressalte-se que, este ano concluirão a 4ª série do 1º grau aproximadamente 70 mil crianças, que dificilmente encontrarão escolas oficiais da 5ª a 8ª séries, para prosseguimento dos estudos obrigatórios pela lei do ensino.

É constrangedor o que se constata no interior do Estado — um grande número de municípios onde as autoridades responsáveis desconhecem até a reforma do ensino, ao manterem as tradicionais séries primárias e o ginásio antigo.

A radiografia da incompetência ou negligência dos antigos governos dos ex-Estados na área educacional precisa ser revelada mais uma vez, para que os ilustres colegas da Legislatura passada e da atual reconheçam que as seguidas denúncias formuladas desta tribuna não continham qualquer conotação político-partidária, mas, sim, traduziam os mais sentidos anseios populares, clamando por medidas justas e perfeitas em favor das crianças carentes, principalmente em idade de escolarização.

Sr. Presidente, as próprias autoridades responsáveis pelo setor educacional do novo Estado do Rio ficaram estarrecidas com o que lhes foi dado observar, em quase todas as cidades, especialmente nos municípios da Baixada Fluminense.

Examinemos depoimentos e as providências enumeradas:

“A metade das 4 mil escolas da rede estadual de 1º e 2º graus precisa ser substituída com urgência, tal o estado de precariedade dos prédios e de suas instalações. A Secretaria de Educação e Cultura fez um convênio com o Ministério da Educação para a construção, no prazo máximo de três anos, de 1.100 escolas pré-fabricadas. As escolas serão módulos, podendo ser aumentadas sempre que necessário.

A informação foi dada pela Secretaria de Educação, Professora Myrthes Wenzel. Ela anunciou, também, que no segundo semestre entrarão em funcionamento dez centros de atendimento ao pré-escolar carente. Estes centros funcionarão de 8 às 17 horas, fornecendo almoço e merenda a crianças desde a creche até a idade de 6 anos. Ficarão nos municípios mais pobres.

A “Política Educacional do Governo”, com metas básicas, o atendimento ao ensino de 1º grau; o atendimento ao menor carente; a expansão da merenda escolar; a revalorização do magistério; e a expansão e melhoria da rede de ensino.

Elá definiu a estrutura da Secretaria como “simples, rasa, barata e funcional”. Disse que no antigo Estado do Rio se impedia “muita criança, da 5ª à 8ª série”, de estudar, porque as escolas ainda não estavam adaptadas à reforma.

E contou que ao assumir a Secretaria encontrou professores fluminenses sem receber o pagamento desde setembro.

Os Pólos

Depois de descrever, detalhadamente, cada um dos Departamentos da Secretaria, a Professora Myrthes falou sobre os Centros de Cultura, Educação e Trabalho que serão adotados, em número de 16, nas sub-regiões. Definiu os pólos educacionais de cada uma das seis regiões em que o Estado foi dividido: Campos, Macaé, Angra dos Reis, Friburgo, Rio, Volta Redonda e Barra Mansa.

Na passagem dos encargos educacionais do Estado para os municípios, explicou, haverá ajuda técnica e financeira, sempre que o município precisar. “Apenas 50% dos municípios do Estado do Rio terão condições, a longo prazo, de receber o ensino de 1º grau. Dos restantes, três têm condições a curto prazo (devem receber o 1º grau em janeiro): Niterói, Volta Redonda e Barra Mansa; e quatro têm condições a médio prazo: Friburgo, Petrópolis, Campos e Teresópolis.”

Caos

— A situação educacional na Baixada Fluminense é um caos — disse a Secretaria. — Não há professores, nem escolas para as crianças. Mas não é só lá. Na rede municipal do Estado temos 90% das escolas fora da reforma de ensino.” O Globo, 14-6-75.

Por outro lado, a educação pré-primária, até então não ministrada nas escolas oficiais de grande número de municípios fluminenses, vai ser reestruturada, conforme adiante se constata dos esclarecimentos prestados pela Coordenadora do Órgão específico:

“Ampliar o atendimento da faixa de população infantil de baixo poder aquisitivo em idade pré-escolar, de acordo com as possibilidades das diferentes regiões, é a meta da recém-estruturada Coordenação de Educação Pré-Escolar do Estado do Rio de Janeiro. Reformulando-se em novas bases, coerentes com a nova visão estimulada pelo Governo Federal, o extinto Departamento de Educação Pré-Escolar, da Secretaria de Educação e Cultura, está, há duas semanas, sob a orientação da Professora Marta Heess, para quem “é preciso, urgentemente, conscientizar a comunidade carente da importância da educação pré-primária”.

Anteriormente relegado a um plano secundário, o ensino pré-primário está caminhando para ocupar, no Estado do Rio, a importância que realmente tem para a Educação. “A concepção que o pai de família carente tem é que o pré-escolar é um lugar onde as crianças vão brincar. Estamos empenhados em modificar essa imagem, de maneira que o pré-primário assuma sua real importância na vida cultural, social e física da criança, uma vez que se trata da base de sua preparação para a vida”, declarou a Professora Marta Heess.

Recursos Humanos

O atendimento à população pré-escolar se fará, no Estado do Rio, de maneira flexível, de acordo com as possibilidades e necessidades de cada região. A integração escola-comunidade se fará através, principalmente, da ocupação do espaço oferecido por igrejas, clubes e outras entidades. Serão instituídos cursos de preparação para professores, diretores e pessoal subalternos e mães, em locais diversificados, em entrosamento constante com a Assessoria de Recursos Humanos da Secretaria de Educação e Cultura, atualmente chefiada pela Professora Ester Ozon. Atenção especial será dada à alimentação da população infantil carente, de decisiva importância no aprendizado.

“O jardim-de-infância, acentuou a Professora Marta Heess, é freqüentado, em geral, apenas pelas crianças oriundas de nível sócio-econômico mais elevado. Com o novo enfoque dado pelo Governo Federal e estadual, no sentido de atingir a população pobre, pretendemos modificar, dentro de pouco tempo, esse esquema, levando o ensino pré-escolar a todos os níveis da população infantil. Anteriormente, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado não contava com uma coordenação específica para o pré-primário, e não havia o menor apoio a esse setor do ensino, que estava praticamente abandonado”. Com a nova concepção da Secretaria de Educação e Cultura, e em entrosamento direto com a Fundação Estadual de Educação do Menor (Feem), o ensino pré-escolar adquirirá, dentro em breve, toda a importância que realmente merece no contexto da educação.

Participação do homem

O setor pretende, ainda, introduzir a participação masculina no jardim-de-infância, como professor. Essa participação assume sua importância, frisou a Professora Heess, uma vez que o aluno carente não conta, geralmente, em casa, com a figura paterna, necessária a seu desenvolvimento emocional e social. Existe um preconceito muito grande em relação ao homem que atua nesse setor; em consequência, no ensino pré-primário do Estado não existem professores homens, enquanto no ensino primário sua existência é praticamente nula. Se a professora substitui a mãe, para o

aluno carente o professor substituirá o pai, ajudando-o a integrar-se mais facilmente na comunidade.

"Já contamos com duas ofertas, nesse sentido, de dois professores que estão interessadíssimos em atuar no campo da educação pré-primária", um deles especialista em orientação educacional", contou a Professora Heess, para quem o salário baixo não é o principal motivo da fuga dos homens como professores, mas sim o preconceito. O assunto já foi abordado no Congresso de Caracas, sobre educação infantil.

Além da participação masculina, um dos planos da nova coordenação é estimular a participação dos jovens no setor. As condições de funcionamento dos prédios que servem à educação infantil na faixa etária de 4 a 6 anos serão estudadas em conjunto por engenheiros, arquitetos e educadores, com vistas a um melhor aproveitamento de seu espaço físico.

Dados

Segundo dados do IBGE, existem no Estado do Rio, colhidos em censo realizado em 1970, 369.721 crianças em idade de 4 a 6 anos, das quais apenas 19.019 são atendidas pela rede de escolas pré-primárias estaduais, o que corresponde a 5,12% do total. Em sua maioria situadas na Região Metropolitana, as 144 unidades contam com 730 salas, trabalhando em regime de rodízio. O número está muito longe de ser considerado suficiente, disse a Professora Marta Heess, mas, até 1979, espera-se que pelo menos 30% das crianças nessa faixa de idade sejam atendidas. Dez municípios do Estado não contam nem com uma escola pré-escolar."

Sr. Presidente, não há como negar que as experiências que ocorrem na idade pré-escolar são de importância fundamental, pois repercutem diretamente nas demais fases da vida humana. Deficiências no desenvolvimento físico e mental do pré-escolar causarão sérias dificuldades na adaptação à sua futura vida escolar, tais como repetência e evasão.

Graças às diversas formas de combate à mortalidade infantil, vem se reduzindo o número de mortes no primeiro ano de vida, enquanto outros grupos etários, como o do pré-escolar, continuam sendo vítimas indefesas da desnutrição, do desconhecimento de princípios alimentares por parte dos pais, de doenças, etc. A criança sobrevive no primeiro ano de vida, para morrer antes de atingir a idade escolar. É, portanto, uma autêntica moratória da morte.

A desnutrição é o mais extenso e agudo problema do pré-escolar, onde atualmente a mortalidade chega a ser vinte vezes mais alta do que nas outras faixas etárias, repercutindo, não só no desenvolvimento físico, como no desenvolvimento mental da criança. O menor desnutrido poderá apresentar graves deficiências, como retardos no crescimento, baixa imunidade para infecções, e danos muitas vezes irreversíveis na célula nervosa.

A cifra de 80% da população infanto-juvenil no Brasil pertence à classe econômico-social chamada deficitária, com ênfase na faixa etária de 0 a 7 anos. Esta população infantil soma cerca de 16 milhões, vivendo em condições subumanas, o que resulta em desnutrição, debilidade e doenças, sujeita ao "flagelo tríplice" da fome, da miséria e da ignorância. Dentre os 16 milhões de pré-escolares, não são atendidos sequer um milhão.

Toda a assistência ao pré-escolar, para ser completa, deverá atingir a criança integralmente, incluindo o ambiente em que vive.

Torna-se urgente um planejamento para a proteção ao pré-escolar e, para tanto, é imprescindível a elaboração de programas bem estruturados e adequados às necessidades e disponibilidades locais. O atendimento ao pré-escolar deve seguir uma ordem de prioridade: zonas marginais das grandes cidades e zonas rurais.

A desnutrição é causada por vários fatores, destacando-se entre eles: o consumo escasso de alimentos essenciais, deficit do poder

aquisitivo, a falta de conhecimentos sobre o valor dos alimentos. No meio rural, desde cedo, o pré-escolar é subalimentado, em virtude de tabus, ignorância, hábitos alimentares errôneos, insuficiência de recursos alimentares locais, além de profundos desajustamentos de ordem econômica. A criança da zona rural, por força do trabalho dos pais na lavoura, é sempre mais abandonada, sofrendo o impacto das doenças carenciais, agravado pela falta de mínimas condições de higiene.

Acresce dizer que tenho sustentado desta tribuna que, ao contrário do que pensam alguns governantes, construir algumas salas-de-aula não significa o equacionamento do grave problema em que se debatem as famílias pobres para educarem os seus filhos. Pergunta-se — o que adianta prédios escolares às vezes suntuosos, para abrigar crianças pobres, subnutridas e sem qualquer espécie de assistência médica, desprovidas das mínimas condições físicas, para acompanhamento regular das aulas com aproveitamento?

Sr. Presidente, a partir do último governo da Velha Província, as escolas estaduais e municipais recebem crianças com o organismo minado por deficiências, o que as torna incapazes de acompanhar os trabalhos escolares. As professoras, que são obrigadas a recebê-las sem condições de saúde, em precário estado físico, subnutridas, atacadas de verminose, em estado mesmo de subfome, não dispõem de recursos para oferecer-lhes qualquer espécie de tratamento.

Sr. Presidente, é bom lembrar que o principal objetivo da educação é o educando. Como tal, cabe ao Governo a responsabilidade maior de, assim entendendo, como é de seu dever, propiciar melhores condições ao estudante para um mais rendoso aproveitamento escolar.

Ressalte-se que as condições financeiras de uma família de trabalhador, com o atual custo de vida, lutando bravamente pela própria sobrevivência, constituem o maior obstáculo a que os filhos em idade de escolarização freqüentem uma escola pública e muito menos uma escola particular.

Acresce dizer ainda que, na quase totalidade dos municípios do interior fluminense, houve uma estagnação da procura de vagas, em consequência do êxodo rural — 18 municípios fluminenses perderam população no decênio 1960-1970, esvaziamento econômico, segundo os dados do último censo do IBGE. Por isso, é com profunda melancolia que analiso, mais uma vez, tão constrangedora realidade.

Em alguns Estados do Brasil, onde a educação é levada a sério e a renda per capita melhor ajustada às condições econômicas regionais, o Ministério Público tem indicado até humildes lavradores, por infringência do art. 246 do Código Penal de 1940 e que trata da assistência familiar, considerando ilícita a conduta dos pais que não observam a instrução primária dos filhos. As medidas extremas, adotadas, especialmente, no Rio Grande do Sul, segundo o Procurador-Geral do Estado, se justificam "como incentivo ao ensino primário, para preencher os bancos vazios das escolas", visando, também, a sensibilizar o Governo, a fim de melhorar as condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, o problema da evasão escolar não pode ser capitulado como ilícito penal praticado pelos pais que deixam de observar a instrução primária dos filhos, sem que antes se atente para o aspecto social, quando é sabido que, muitas das vezes, os trabalhadores não podem dar instrução aos seus filhos porque estes, quando com saúde, os auxiliam no seu trabalho, para ajudar no sustento da família. Mas, acima de tudo isso, está o fato de a maioria das crianças deixar de freqüentar escolas em virtude de seu precário estado físico, isto é, por estarem subnutridas e atacadas das mais variadas doenças.

É o caso de se perguntar: criança com fome, sem saúde, pode estudar?

Na forma de preceito constitucional vigente, o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais. O princípio constitucional implica, segundo os estudiosos, à necessidade de os Estados e municípios organizarem um sistema de intercomplementação, acompanhando, pelo

aumento da oferta de vagas, o crescimento demográfico. As elevadas taxas de crescimento, por diversas razões, em algumas áreas fluminenses, como os municípios da Baixada, implicam em um reestudo do programa de investimentos no setor, com maior ênfase para o aspecto de oferta do ensino fundamental.

O último governante fluminense, sem qualquer planificação, implantou uma política de investimentos no setor educacional, sob influência do poder político, para agradar os seus aliados ou compatriotas de partido, pelo que gerou a concentração de recursos para áreas sem maiores problemas no setor, em detrimento do que deveria ser prioritário, em novas unidades escolares, nos municípios da região do Grande Rio, para acompanhar as taxas elevadas de crescimento populacional.

A metodologia administrativa adotada pelo ex-dirigente da Velha Província jamais se ajustou aos proclamados princípios norteadores da Revolução de 1964, eis que permitia o funcionamento do critério político na área das bolsas de estudo, sendo certo que, ainda sob sua inspiração, as comissões municipais eram dominadas pelos políticos locais a ele vinculados.

No âmbito estadual, o critério de distribuição de bolsas chegava a garantir um determinado número de bolsas para cada deputado estadual seu aliado.

Ainda no velho Estado do Rio, outra grande verdade:

"As diretoras de grupo escolar têm conhecimento do fato: muitos alunos brilhantes, nos limites de possibilidades do meio de origem, encerram a vida escolar no primário, porque suas famílias não têm acesso ao poder político de concessão da bolsa de estudo. Os estabelecimentos oficiais de ensino fundamental, que conhecem o histórico escolar de cada aluno, jamais foram consultados sobre o quem-é-quem do candidato à bolsa, não podendo, por isso, valorizar aqueles que demonstraram bom aproveitamento e que se apresentam como uma promessa para o curso médio e uma efetiva esperança de sucesso na vida universitária.

Existe, por outro lado, uma imensa distância entre o trabalho escolar — e as suas deficiências pedagógicas e materiais — e o círculo de pais de alunos, ou a comunidade a que serve a unidade de ensino. A caixa escolar, o único vínculo, sobrevive pela imaginação das professoras, com recursos oriundos de atividades extra-escolares, entre elas as festividades, nas quais se conseguem parcos recursos para a complementação do que falta ao estabelecimento.

Pode-se afirmar que no Estado do Rio não existe uma única professora de ensino fundamental que não aplique parte de seu vencimento mensal — que é muito pequeno — na aquisição de material escolar — e às vezes até remédio — para a sua sala de aula."

Afirmam os técnicos do governo fluminense que:

"A solução para absorver essa população estudantil, no ensino do segundo grau e na segunda fase do primeiro, deverá ser o aproveitamento das vagas disponíveis na rede particular de educandários. O Governo considera, objetivamente, que o aproveitamento da estrutura particular é a mais barata. O sistema de bolsas pode representar a ajuda de que precisam as escolas particulares, que vivem sob regime de tabelamento de anuidade. A dualidade do sistema educacional, com a coexistência de escolas oficiais e particulares, tem importância social crescente na sociedade de massas em que nos vamos transformando. A diversidade da formação escolar é fundamental para o alargamento das fronteiras culturais e a adequada estruturação política da sociedade brasileira.

Além da ajuda técnica e pedagógica que o Estado pode e deve assegurar às escolas particulares, a utilização de sua disponibilidade de vagas, mediante bolsas de estudo, é a

melhor forma de auxílio. Tornam-se complementares as duas linhas de ensino. Reduzem-se os custos num país carente de recursos para investir em educação, quando outras áreas mostram-se igualmente prioritárias.

As medidas oficiais acima preconizadas poderão ser consideradas viáveis, justas e perfeitas, desde que não se repitam os erros do passado, em que prevalecia a influência de grupos políticos da situação na distribuição de bolsas de estudo, quando a maioria dos estudantes carentes não era beneficiada.

Sr. Presidente, também deve ser levada em consideração a experiência comunitária, patrocinada pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que conta com 190 estabelecimentos de ensino nos municípios fluminenses.

"Sob sua responsabilidade estão 63 mil alunos distribuídos em 260 cursos de 1º e 2º graus, nos quais trabalham 4 mil e 200 professores, uma grande maioria profissionais liberais motivados pelo ensino.

Os próprios dirigentes da CNEC confessam que não conseguiram, ainda, grande sucesso junto à comunidade, mas que, em termos nacionais, já contam com mais de 350 mil alunos. O apoio comunitário é maior na proporção inversa do tamanho da cidade, o que possibilitou até o levantamento de recursos para a construção de prédios escolares no interior."

Uma Experiência

Há 25 anos a CNEC funciona no Estado do Rio. Ninguém desconhece a importância do trabalho que desenvolve, embora em alguns setores — os mais tradicionalistas do ensino — se coloque em dúvida a qualidade do ensino oferecido. Isto, hoje, é contestado pelos dirigentes da Campanha, que mostram, inclusive, um quadro de qualificação de seus professores "que nada ficam a dever aos da refeição oficial".

O que não é colocado em discussão quanto à Campanha é que se trata da primeira experiência bem sucedida no campo do ensino com a ajuda comunitária, com a vantagem de ter um programa "não paternalista", no qual o aluno matriculado sempre paga a anuidade, que varia de acordo com as suas condições financeiras. E, seguindo a Lei, paga aos professores o estabelecido nos acordos sindicais para os salários dos mestres, com sujeição às obrigações trabalhistas.

— Está faltando muita coisa — confessa Aluísio Gonçalves, professor formado pela Faculdade de Educação da UFF, antigo Administrador Regional da CNEC em Niterói. O que falta, no entanto, nós compensamos com um tratado sério, desenvolvido de acordo com a realidade comunitária, sem paternalismo mas com eficiência comprovada pelo aproveitamento de nossos alunos.

O Apoio

Na Campanha confessam que já houve fases de apoio mais objetivo do Estado com relação aos colégios que mantêm. A administração fluminense, colaborando na qualificação dos estabelecimentos da CNEC, com pequeno investimento, resolvia problemas educacionais de diversos municípios. Depois, no entanto, adotou-se a política competitiva, orientada por questões políticas, o que gerou dificuldades em diversos municípios.

Atualmente, os estabelecimentos de ensino da CNEC estão sendo disputados pelo Estado. Eles foram encampados pela Secretaria de Educação, mas os dirigentes da CNEC pretendem, por via administrativa, num entendimento com as autoridades do novo Estado, reassumir a sua administração. Argumentam com um dado que ainda não foi contestado: o

Estado, pela Constituição, deve encontrar a fórmula de transferir para a iniciativa comunitária (ou particular) a responsabilidade do ensino médio, subvencionando-o através de bolsas de estudo.

Para os dirigentes da Campanha o fato mais importante do trabalho que desenvolvem é o de dar responsabilidade à comunidade, através de suas lideranças. Cada estabelecimento, em seu município ou bairro de cidade de grande densidade populacional, goza de uma liberdade administrativa, o que possibilita o levantamento da responsabilidade quanto à qualificação do ensino dentro de uma visão da realidade local.

O sistema de levantamento de recursos pode ser classificado como o de milagre da CNEC: a Campanha é mantida por sócios que contribuem com Cr\$ 10,00 mensais, além das anuidades dos alunos, pagas de acordo com a realidade financeira de cada um. As contribuições são dedutíveis do imposto de renda, mas é raro o caso de pessoa jurídica que contribua para a manutenção dos estabelecimentos da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Nos municípios do interior os estabelecimentos de ensino usam outros recursos para recolher fundos da comunidade: é comum, no Norte fluminense, as meninas e meninos dos estabelecimentos da CNEC organizarem cobrança de pedágio ou festas, com o baile, nas quais conseguem o dinheiro necessário à manutenção dos colégios e, em alguns casos, até mesmo a construção de unidades de ensino.

— Nós temos uma boa estrutura que pode ser ampliada passando a atender às reais necessidades dos municípios fluminenses. O importante é não esquecer que o homem comum deve ser convocado a participar do esforço da educação, uma responsabilidade de todos — afirma o Professor Aluísio Gonçalves.

O Ministério da Educação e Cultura, por sua vez, divulgou há poucos dias as metas preconizadas para a qualificação do ensino.

“A ampliação dos programas de merenda escolar para atender as crianças carentes também no período de férias; a adaptação de calendários e horários às condições ecológicas e da vida econômica das comunidades e a introdução de hábitos sanitários compatíveis com as situações locais são algumas das “metas qualitativas” que o MEC estabeleceu para serem atingidas nos próximos anos.

Segundo documentação divulgada pelo MEC, os aumentos quantitativos ainda se fazem necessários para que se corrijam os grandes **deficits** históricos para que se atinja o mais rápido possível, a universalização do ensino de 1º grau; mas é indispensável, também, que sejam cumpridas metas referentes à qualidade do ensino, sob pena de serem desperdiçados grandes esforços.

Dentro dessa linha de pensamento, o MEC pretende também cumprir nos próximos anos as seguintes “metas qualitativas” para o ensino de 1º grau:

— Adaptação de cartilhas, livros e material escolar em geral às características regionais e condições sócio-econômicas das crianças; desenvolvimento de programas intensivos de aperfeiçoamento e atualização de professores; desenvolvimento de técnicas apropriadas para suprir as desvantagens do isolamento e das dificuldades de obtenção de professores habilitados; definição mais precisa do **núcleo comum** dos currículos de 1º grau; regularização do fluxo de alunos — correção de índices de evasão e repetência — pelas diferentes séries, com a correção das distorções idade-série; participação crescente das administrações municipais na educação de 1º grau.”

Ressalte-se que a última parte desse noticiário oficial, referente ao ensino municipal, foi objeto, domingo último, de novos

esclarecimentos do MEC, através de Relatórios que passo a ler para que integre este pronunciamento:

Existem no Brasil 115.219 escolas de 1º grau que contam com apenas um professor, sendo que a maior parte — 69 por cento ou 79.461 — pertencem aos municípios, conforme dados que constam do “Projeto de Assistência Técnica ao Ensino Municipal” divulgado ontem pelo MEC e que será executado no período 1975 a 1979.

Segundo o documento, o ensino primário brasileiro conta com um total de 525.628 professores, mas apenas 355.919 possuem alguma formação pedagógica, sendo que no ensino municipal apenas 43.638 mestres reúnem algum preparo para lecionar.

De acordo com o estudo, a taxa nacional de reaprovação no ensino primário é de 21,16 por cento, que cai para 18,75 por cento se colocada a nível de ensino estadual e eleva-se para 28,17 por cento, com relação ao ensino municipal.

Para cada grupo de 1.000 alunos na primeira série do 1º grau há uma correspondência de matrícula na quarta série de apenas 124 no ensino municipal, 460 nas escolas estaduais e 310, em âmbito nacional.

A média de idade dos alunos que ingressam na primeira série é de 9,31 anos — taxa nacional — o que demonstra um atraso superior a dois anos, uma vez que as próprias leis educacionais consideram que a criança deve entrar para a escola aos 7 anos. Nas escolas estaduais a média é de 8,91 anos e com relação ao ensino municipal a pesquisa indica a média de 9,86 anos.

Existe, segundo o estudo, uma relação aluno-professor na proporção de 31,12 no ensino municipal, 26,61 no ensino estadual e 26,65 a nível nacional.

O total de “unidades escolares” existentes para educação primária é de 165.051 em todo o país; 56.424 no ensino estadual e 98.160 (59,15 por cento) nos municípios. O total de alunos matriculados no ensino primário é de 14.010.881 em todo o país; 8.726.228 no ensino estadual e 4.726.228 na rede municipal.

Embora os dados — são os mais recentes de que dispõe o MEC — não estejam atualizados, pois se referem a levantamentos realizados em 1972, eles serviram de base para elaboração de um projeto de grande vulto para socorrer o ensino municipal e, consequentemente elevar os padrões da educação em todo país.

Segundo a justificativa do “Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal”, a análise do sistema de educação brasileiro, “tem evidenciado como um de seus principais pontos de estrangulamento, a precária situação do ensino nos municípios, sobretudo quando comparado com a educação ministrada sob responsabilidade direta dos governos estaduais”.

“Não obstante a sua expressão quantitativa (33,7 por cento da matrícula total do 1º grau em 1972), o ensino municipal apresenta indicadores de qualidade extremamente desvantajosos, destacando-se os altos índices de repetência, baixa qualificação dos professores, elevação da distorção série-idade e reduzida produtividade do ensino”, diz o documento.

“A maioria dos estados brasileiros ainda não estabeleceu a legislação supletiva preconizada pela Lei nº 5.692/71 (da Reforma do Ensino). Enquanto as administrações estaduais ficaram absorvidas pelas múltiplas tarefas requeridas pela implantação da Reforma nas respectivas redes escolares, o ensino municipal permaneceu, via de regra, marginalizado em relação aos preceitos inovadores, expandindo-se livremente, sem a necessária fiscalização dos sistemas estaduais”. Dessa maneira o MEC faz um diagnóstico

da situação geral do ensino aos municípios e justifica a necessidade de serem aplicados mais recursos financeiros, humanos e técnicos em apoio às administrações de mais de 3.940 municípios.

Ainda neste ano o Departamento de Ensino Fundamental do MEC, deverá contar com recursos no valor de Cr\$ 25,4 milhões para implantação do projeto em cinco estados. São as seguintes as metas do projeto: 1) implantação e manutenção de órgãos de coordenação e assistência técnica ao ensino municipal, no Departamento de Ensino Fundamental do MEC e na estrutura administrativa das secretarias de Educação de 21 Estados;

2) prestação de assistência técnica a 3.940 municípios com vistas ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das respectivas redes municipais de ensino e sua integração ao sistema estadual;

3) cooperação financeira indireta aos municípios, através das secretarias de Educação.

Até 1979 serão aplicados recursos no total de Cr\$ 565 milhões para implantação do projeto em todo o território nacional.

Como se verifica, os constantes reclamos da Oposição, em termos de críticas construtivas, vão aos poucos ensejando às autoridades responsáveis melhor conscientização dos problemas nacionais que de há muito vêm desafiando a argúcia dos mais experimentados governantes.

Sr. Presidente, ao analisar a situação da educação no Estado do Rio, com vistas às autoridades federais, estaduais e municipais, não poderia deixar de ressaltar o alto espírito público, a eficiência e a insuperável dedicação dos professores fluminenses, sacrificados pela precariedade de funcionamento da rede oficial de estabelecimentos de ensino e, especialmente, pelos humilhantes vencimentos percebidos, incompatíveis com a dignidade da função. Mas, apesar de tudo, continuam trabalhando com o mesmo amor, estoicismo e ardor cívico, honrando as gloriosas tradições do magistério público fluminense, certos de que está menos distante o dia D, da vitória da classe, com o atendimento de suas justas reivindicações, inclusive aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Sr. Presidente, não há necessidade de aditar outras razões tendentes ao equacionamento do problema educacional fluminense. Para um festejado governante técnico-político, isto basta!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hydekel Freitas.

O SR. HYDEKEL FREITAS (ARENA—RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Bendito sejam os ventos benfazejos da política brasileira que sempre sopraram na gárrula barca que conduz o destino da Pátria! Pátria enobrecida pela vasta e áurea galeria dos imortais vultos compatriotas, é para onde irá sem nenhum favor o nome do nosso grande Líder, o eminentíssimo Senador Petrônio Portella, que ora se despede com a serenidade, e a glória do dever cumprido.

Um grande homem, com cargos ou sem cargos, jamais deixará de ser um autêntico Líder, e toda a Nação, mesmo os que envergam a jaqueta oposicionista, reconhecem-no uma figura de proa e imprescindível às grandes decisões que esculpirão a História.

O Grande Portella, assim poderíamos chamá-lo, revelou-se com marcante genialidade na liderança partidária governista, e imbuido de inquebrantável fé na Revolução Brasileira, escreveu páginas e páginas do mais sagrado idealismo, trilhando com galhardia as espinhosas estradas da adversidade, sabendo contornar com grande astúcia e admirável estratégia os momentos críticos do Partido que preside.

Parcimonioso na aplicação do poder; sábio no exercício da política; e lapidado no procedimento para com os seus adversários, Petrônio Portella, a dádiva que nos legou o Piauí dos grandes

homens, soube sempre portar-se com honradez e com admiração perante as responsabilidades que se lhe atribuíram.

Quando se muda um chefe ou um Governo, é natural que se dêem calorosamente as boas vindas ao seu sucessor. Eu prefiro, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, concentrar o meu entusiasmo, a minha sincera gratidão, e todo os meus aplausos no Presidente, que de cabeça erguida, e com a calma que meneia o pavilhão pátrio, deixa a sua Tenda de Comandante da Aliança Renovadora Nacional para voltar a dedicar-se exclusivamente ao Senado Federal, onde continuará representando como Líder da Maioria e com muito gáudio o seu glorioso Estado do Piauí.

Que Deus tenha inspirado o nosso Presidente da República, ao indicar o nosso companheiro Deputado Francelino Pereira para presidir a ARENA, em substituição à imponente figura do Senador Petrônio Portella. E esperamos, ao final de sua gestão, podermos prestar-lhe a mesma homenagem que ora rendemos ao íntegro e nobre Senador, desejando ainda que o novo Presidente também pauta com prudência e sabedoria todo o seu procedimento em face daquelas decisões que também norteiam a vida de Ordem e Progresso do nosso Grande Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossaer Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA—AC) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A aprovar, durante recente reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, o Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia, a ser executado até 1979, com vistas à melhoria das condições de saúde da população regional, o eminentíssimo Presidente da República, General Ernesto Geisel demonstra, mais uma vez, o empenho do seu Governo no desenvolvimento global do País e no efetivo engajamento da imensa região no processo de crescimento nacional.

O Plano, que envolve recursos da ordem de 3 bilhões, 920 milhões e 696 mil cruzeiros, beneficiará toda a Região Amazônica, incluindo as vias de penetração, como as estradas Transamazônica e Cuiabá—Santarém, levando o saneamento básico aos contingentes humanos que já se apressam em povoar as margens dessas importantes vias de integração nacional.

O Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia, de acordo com a exposição de motivos encaminhada ao Chefe do Governo, pelos Ministros da Saúde, Previdência Social, Planejamento, Interior e Educação, objetiva, sobretudo, a ocupação produtiva da região, dentro da estratégia de integração nacional do II PND e, simultaneamente, a implantação de infra-estrutura de saúde e programas de ação médico-sanitária de caráter preventivo e curativo, que asseguram padrões de saúde pública compatíveis com o equilíbrio social.

Sua execução será compatibilizada com os programas de desenvolvimento regional em curso, particularmente o POLAMAZÔNIA e sua estratégia de ocupação da região, fundamentada na concentração de recursos em áreas selecionadas. Por seu turno, os órgãos de saúde estaduais serão fortalecidos e a implantação dos programas sanitários será substancialmente simplificada nas áreas rurais, acompanhando o saneamento básico e a utilização crescente de pessoal auxiliar.

Como se recorda, Sr. Presidente, o POLAMAZÔNIA é mais uma iniciativa arrojada do Governo Geisel que, através de uma aplicação maciça de recursos na Amazônia, convoca o empresariado nacional para a grande jornada patriótica destinada a transformar, a curto prazo, os imensos espaços vazios em celeiros de matérias-primas de que tanto o mundo necessita. É com atitudes dessa natureza que o Governo espera atingir a década de 1980 com um acervo de realizações de alto nível no contexto do nosso desenvolvimento político, econômico e social. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcir Pimenta.

O SR. ALCIR PIMENTA (MDB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Através de substancioso parecer, elaborado pelo ilustre economista Oswaldo de Matos, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro houve por bem manifestar-se favoravelmente a respeito de projeto de minha autoria, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre os Cursos de Mestrado e Doutorado.

A matéria não só suscitou uma série de pronunciamentos de diversas figuras das mais eminentes do mundo intelectual brasileiro como, estou certo, inspirou o Ministério da Educação e Cultura a elaborar e pôr em vigor o Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação.

Por se tratar, Sr. Presidente, de parecer altamente judicioso, em que fica patenteada não só a qualidade da matéria, senão, também, o empenho daquele órgão de classe de vê-lo convertido em lei, solicito a V. Ex^e seja transcrita essa comunicação que, certamente, não só honrará os Anais da Casa, mas servirá de elemento importante para o Relator da matéria. Algumas das sugestões tão oportunamente feitas nesse documento, já foram incorporadas ao projeto original para que, partindo de uma idéia aqui elaborada, pudesse ele receber, também, a contribuição assás válida daqueles que, mais vividos no assunto, estão em condições de provê-lo daquilo que lhe estava realmente faltando, para que atingisse os seus nobres objetivos.

Solicito, pois, seja incorporado ao meu pronunciamento o projeto em sua forma definitiva, levando-se já em conta a matéria sugerida. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO
ALCIR PIMENTA, EM SEU DISCURSO:**

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 26, de 1975
(Do Sr. Alcir Pimenta)

Dispõe sobre os cursos de mestrado e de doutorado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Mestrado e doutorado são cursos de Pós-Graduação, organizados na forma desta lei.

Art. 2º Os referidos cursos só podem ser ministrados aos diplomados pelos cursos de graduação correspondentes às mesmas áreas científicas, artísticas ou técnicas daqueles.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Educação fixará os casos especiais em que diplomados por cursos de graduação não correspondentes aos cursos de mestrado ou de doutorado possam cursar estes últimos.

Art. 3º O tempo de duração máxima do curso de mestrado, incluídas a preparação e a defesa de tese, será de 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Para obtenção do grau de mestre, exigir-se-á, nas disciplinas obrigatórias e eletivas oferecidas pelo curso, uma freqüência mínima equivalente a 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

§ 2º Nas áreas tecnológicas, pelo menos 20% (vinte por cento) das horas-aula mencionadas no parágrafo anterior devem referir-se a tópicos de aplicação no setor.

Art. 4º O tempo de duração máxima do curso de doutorado, incluídas a preparação e a defesa de tese, será de 48 (quarenta e oito) meses.

Parágrafo único. Para obtenção do grau de doutor, é necessária uma freqüência mínima equivalente a 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, nas disciplinas obrigatórias e eletivas que compõem o curso.

Art. 5º Só poderá fazer o curso de doutorado aquele que tiver sido aprovado em curso de mestrado correspondente.

Art. 6º Ao Conselho Federal de Educação competirá a fixação das disciplinas obrigatórias nos cursos de mestrado e de doutorado.

Art. 7º As instituições que mantenham cursos de mestrado ou de doutorado devem oferecer, anualmente, todas as disciplinas obrigatórias exigidas pelo Conselho Federal de Educação e um

número de disciplinas eletivas superior em, pelo menos, 30% (trinta por cento) ao mínimo de disciplinas eletivas que possibilite a obtenção do diploma.

Art. 8º Somente instituição de ensino superior ou universitária poderá manter curso de mestrado ou de doutorado.

Art. 9º Só poderão ministrar cursos de mestrado e de doutorado:

I — Os diplomados por esses cursos;

II — Os diplomados por curso superior que, pelos seus títulos, obras e trabalhos, além de sua experiência pedagógica, científica ou profissional, sejam aprovados pelo Conselho Federal de Educação;

III — Os professores titulares por concurso de provas e títulos;

IV — Os livres-docentes; e

V — Os doutores por defesa de tese cujos diplomas tenham sido registrados oficialmente, na forma da legislação de ensino superior.

Art. 10 O Conselho Federal de Educação terá prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta lei, para cumprir as atribuições que lhe são cometidas nos artigos anteriores.

Art. 11 Os cursos de mestrado e de doutorado que não estiverem funcionando de acordo com esta lei terão prazo de 10 (dez) meses para adaptarem-se às novas diretrizes.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Educação cassará a licença de funcionamento dos cursos que não se tiverem adaptado às exigências desta lei no prazo previsto.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975. — Alcir Pimenta.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1975

Cr. Of. 319/75

Do Presidente do Conselho Regional de Economia da 1ª Região
Ao Exmº Sr. Deputado Alcir Pimenta

Senhor Deputado

Atendendo solicitação constante do Ofício nº 384/75, do Egrégio Conselho Federal de Economia, referente ao Projeto de Lei nº 26/75, de autoria do nobre Deputado, que dispõe sobre os Cursos de Mestrado e de Doutorado, vimos apresentar a V. Ex^e, a título de colaboração, o Parecer elaborado pelo Economista Oswaldo Alves de Mattos, em Sessão Plenária deste Conselho Regional, realizada em 26-6-75, cujo inteiro teor, segue transscrito:

“Trata o presente processo de solicitação do Conselho Federal de Economia para que este Regional apoie o Projeto de Lei, de autoria do Deputado Alcir Pimenta, que dispõe sobre a realização de cursos de mestrado e de doutorado.

O projeto é excelente, oportuno e de incontestável necessidade, notadamente, na nossa área — a de economia.

A única objeção que se pode fazer ao texto apresentado, é quanto ao artigo 8º que permite a manutenção e o patrocínio dos cursos por entidade científica ou de pesquisa e empresa de grande porte que possua laboratório ou manipule alta tecnologia.

O dimensionamento do que se possa entender por entidade científica ou de pesquisa, bem como laboratório que a grande empresa possua em condições de manipular alta tecnologia, não é fácil de se estabelecer, daí termos a certeza de que, futuramente, se aprovado o texto em questão, tais entidades servirão de válvulas de escape para as mesmas ocorrências que hoje presenciamos.

Destarte, minha opinião é que se apoie o projeto, mas se faça restrição ao acima ressaltado. À Consideração do Plenário.”

Dando ciência a V. Ex^e do parecer acima referido aprovado por unanimidade do Plenário deste Conselho, aproveitamos o ensejo para manifestar a V. Ex^e o nosso agradecimento, e renovar os protestos de apreço e consideração.

Mário Castro Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (MDB-SP) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando em 8 de abril de 1553 a Srª Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martin Afonso de Souza, permitiu a criação da vila de Santo André, entregue a João Ramalho, o seu primeiro Alcaide-Mor não sabia que estava dando origem à "terra mãe de todos os paulistas" e fazendo surgir a potência econômica que é hoje São Bernardo do Campo.

Neste dia 20 de agosto é festa em São Bernardo do Campo. O povo de há muito elegeu esta data para a festa maior do município. No calendário romano o santo do dia é Bernardo, religioso francês que exercia a medicina.

Com uma história entrecortada de episódios realmente marcantes, São Bernardo do Campo conseguiu superar as fases cíclicas de elevação e decesso para finalmente firmar-se como centro do maior polo industrial da América do Sul, sendo a capital brasileira dos automóveis e o grande produtor moveleiro do País.

De seu vasto primitivo território nasceram fortes comunidades, hoje contadas no Grande São Paulo e no complexo industrial que é o ABC, assim denominado por Lauro Gomes de Almeida, um líder autêntico em São Bernardo do Campo, seu prefeito por várias vezes.

E neste Brasil imenso, onde circule um pequeno Volkswagen ou um grande Scania-Vabis, ali estará a presença marcante de São Bernardo do Campo, integrando o Brasil e transportando riquezas.

É a cidade que mais vai às outras. É o Brasil nas estradas de todo o continente americano e mesmo na velha Europa. De São Bernardo do Campo partem veículos automotores para o mundo inteiro.

E quando não contribui para o conforto de quantos usam automóveis, São Bernardo do Campo orna os lares, facilitando o conforto doméstico, pelos móveis da melhor qualidade, de suas fábricas.

Mas, Sr. Presidente, ao lado dos grandes tributos que São Bernardo do Campo paga, através suas muitas e poderosas indústrias — ao Município, ao Estado e à União — o seu povo paga maior tributo ainda: o de sofrer as consequências graves do processo de poluição, cada dia mais graves, em toda a região do ABC, principalmente em São Bernardo.

Em meio às muitas festas, o povo na rua, respira-se mais ar poluído que antes. O ar puro de há muito desapareceu da cidade e não são poucas as vítimas desta situação profundamente constrangedora.

No dia de São Bernardo do Campo e no momento em que o Senhor Presidente da República chama a si a responsabilidade de decidir sobre o destino das indústrias que espalham agentes poluentes pelos céus do Brasil, quero solicitar do General Ernesto Geisel toda a atenção possível para São Bernardo do Campo e seu povo, que não tem mais céu, senão uma nuvem de poeira a toldar-lhe os horizontes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB-SP) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nascida ao redor de uma capela rústica levantada pela fé sincera e pura dos velhos pioneiros do século passado, a vilazinha interiorana — como tantas outras — foi conquistando espaço e ganhando foros de cidade até transformar-se no que hoje é — um município progressista e trabalhador, onde o café, o algodão e a cana alicerçaram a sua caminhada.

Da palmeira simples, quase rastejante, tomou o nome: Indaiatuba. E, com esse nome tão expressivo seu povo e sua gente vão realizando a civilização crescente, por força do trabalho indormi-

do. São, hoje, em Indaiatuba, quase sessenta mil patrícios nossos, lidadores do progresso mas de certo modo peados em sua luta desenvolvimentista, eis que desassistidos, irracionalmente, da presença do Estado, sobretudo como força supletiva daquilo que a administração municipal não pôde oferecer à própria Indaiatuba.

Situada na órbita da Capital — de que dista aproximadamente cem quilômetros — e vinculada à economia de Campinas e de Itu, Indaiatuba poderia, se os poderes estaduais lhe dessem a ajuda devida e a assistência merecida, crescer de muito e multiplicar de muito a sua presença maior no parque produtor paulista, com reflexos imensos e positivos, assim para a economia municipal, como para as economias estadual e federal.

É sóretudo no aspecto de sua ligação rodoviária com os centros de influência que Indaiatuba reclama a presença do Governo de São Paulo.

Verdadeiramente, são obras mínimas, para o Estado, mas de excepcional relevância para o município. Mas vejamos a realidade. Por causa de apenas uns miseráveis quilômetros, ligando Indaiatuba à estrada de Campinas e de Itu; por causa de outros pouquíssimos quilômetros ligando o município a Itupeva e a Monte Mor — por não dispor de tais vias de acesso e de comunicação, que interligariam a cidade com as suas zonas geoeconômicas mais próximas — sofre e padece a população, sofre e padece a produtividade local. Tudo somado, para as três ligações pretendidas e nem assim o total chegaria a 50 quilômetros de estradas.

Tais ligações rodoviárias, bem como a melhoria e a ampliação dos atuais grupos escolares, já insuficientes para a população infantil e o ginásio industrial, que forma futuros profissionais para o parque fabril que ali já se assenta — nem são reivindicações partidárias nem, muito menos, são reivindicações demagógicas.

Os cofres municipais de Indaiatuba não podem suportar tais ônus; e, mesmo, tais obras e tais serviços estão, nitidamente, na competência e na obrigação da administração estadual.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, faço um veemente apelo ao Governo do meu Estado, no sentido de que seja dado a Indaiatuba o tratamento que lhe é devido, pois, em assim fazendo, o próprio Estado, com o produto da força de trabalho de Indaiatuba, recuperará todos os investimentos, ajudando a crescer o município e a crescer o próprio Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA-GO) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ninguém ignora os relevantes serviços que o Banco Real e o Grupo de empresas a ele associados, ao longo de sua secunda existência, vêm prestando ao desenvolvimento econômico e social do País.

Trata-se de organização modelar, com uma rede de 522 agências espalhadas por todo o Território Nacional, sem falar nas agências e filiais que mantém no exterior, as quais funcionam como preciosos instrumentos de captação e drenagem de recursos para a revitalização de nossa economia.

Mas a atuação do Banco Real não se limita apenas ao cumprimento de suas atividades específicas: sua valiosa contribuição se estende a outras importantes áreas, especialmente no que tange à divulgação do Brasil de suas potencialidades, dentro e fora de nossas fronteiras.

Para comprovar tal assertiva, basta que se mencione a "Carta Econômica" editada por aquele estabelecimento de crédito, cujo número dois nós oferece, ao lado de outros assuntos de palpável interesse e atualidade, um magnífico trabalho sobre a usina de Itaipu e o que ela significará como novo polo de desenvolvimento.

O artigo de autoria dos editores da "Carta Econômica", pela sua clareza e concisão, exprime de tal maneira a realidade que será Itaipu que julguei do meu dever trazê-lo ao conhecimento desta Casa e, ao fazê-lo, aproveito quase *in toto* o texto original, pois sua

condensação poderia quebrar a seqüência dos fatos e dados relatados, subtraindo-se assim, ao conhecimento dos nobres colegas, elementos que considero de máxima importância para a plena compreensão daquele extraordinário empreendimento.

Assim, pois, com a permissão dos editores da "Carta Econômica", que aqui solicito, passo a apresentar à apreciação de V. Ex*s o seguinte e excelente trabalho que aquele grupo realizou:

"Costuma-se dividir a história econômica do Brasil em ciclos: tivemos o ciclo do açúcar, do ouro, da borracha, do café. Hoje, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, podemos inscrever outro capítulo na história econômica do Brasil: o ciclo energético do qual Itaipu será o símbolo no plano hidrelétrico. Mas com uma grande diferença em relação aos capítulos anteriores: desta vez estamos perante um projeto que, pelo menos durante um período de dez anos, representará o maior canteiro de obras do mundo e terá uma característica muito especial por tratar-se de uma obra binacional destinada a criar um pólo de desenvolvimento que afetará a atividade econômica de dois países — Paraguai e Brasil.

No quadro brasileiro, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu tem um significado muito especial. Trata-se de uma unidade que aumentará a potência instalada em 12.600 MW (que na sua quase totalidade será utilizada pelo Brasil durante longos anos). Ora, em fins de 1974, a potência brasileira instalada total era de apenas 17.378 MW. Em plena crise do petróleo, é fácil avaliar o que representa esta oferta suplementar de energia barata. A mais longo prazo, Itaipu não terá a mesma significação: de fato, em 1985, ano em que podemos supor que as suas primeiras unidades já estejam funcionando, é de se prever que a capacidade instalada seja de cerca de 45.400 MW e que em 1995, achando-se a usina em pleno funcionamento, com uma produção de cerca de 62 bilhões de KW por ano (quase o dobro da produção do Brasil em 1975 e 38% da produção italiana no mesmo ano), a totalidade da potência instalada do Brasil seja de 104.000 MW, aproximadamente; com o apoio da energia nuclear, Itaipu representará, então, apenas 12% da capacidade total do País.

No caso do Paraguai, a existência de Itaipu significará uma segurança que poucos países do mundo possuem hoje em dia. Basta lembrar que em 1973 a produção de energia elétrica do país vizinho foi só de 403 milhões de KWh (150 KWh" per capita) enquanto que com a nova usina disporá, teoricamente, de 31 bilhões de KWh.

Se no fim da década de 1980, as 18 unidades, de 700 MW cada, poderão — do ponto de vista brasileiro — parecer pequenas, não devemos esquecer que esta obra haverá, provavelmente, criado na região um pólo de desenvolvimento e modificado totalmente o panorama sócio-econômico de uma área que até agora tem vivido do turismo em torno das quedas de Iguazu e de uma agricultura em expansão.

É difícil, ainda, prever quanto custará a obra de Itaipu mas podemos calcular que (em dólares atuais) não será inferior a US\$ 5 bilhões. Para avaliar a importância desta quantia, é preciso estabelecer alguns pontos de referência. Este investimento — que representa metade da quantia a ser aplicada. Segundo o II Plano Nacional de Desenvolvimento no setor energético, no período de 1975/79 — é, no entanto, equivalente a 6% do Produto Interno Bruto do Brasil em 1974, ou a um terço de todos os investimentos realizados no mesmo ano pela economia brasileira.

Em relação ao Paraguai, a comparação com o PIB é ainda mais impressionante: o PIB do país vizinho foi em 1974 de cerca de US\$ 1 bilhão, o que significa que a nova usina representará um gasto equivalente a cinco vezes a produção

de bens e serviços deste País em um ano. Naturalmente, trata-se de investimentos a serem distribuídos ao longo de um período de pelo menos dez anos, calculando-se que as primeiras unidades devam entrar em funcionamento oito anos após o início efetivo das obras, marcado para o segundo semestre de 1975.

Mesmo calculando um investimento médio anual de US\$ 500 milhões, é fácil prever as consequências de uma obra desse porte sobre a economia dos dois países. Todos os gastos não irão ser realizados no Brasil ou no Paraguai, embora possamos afirmar que na sua maioria o serão, mesmo se uma parte dos equipamentos tiver que ser encomendada no exterior. A importância das obras civis já nos permite avaliar as oportunidades de emprego que Itaipu oferecerá. Só o canal de desvio a ser iniciado de imediato — com 2 km de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade — custará US\$ 100 milhões; a barragem principal, que permitirá formar um lago de 1.350 km², terá uma altura de 224 metros e um comprimento de 1.400 metros e exigirá 26,7 milhões de m³ de concreto. A indústria dos dois países fornecerá cimento (calcula-se que no auge das obras o consumo deste produto seja de 1.000 toneladas por dia), ferro, máquinas, cabos para transporte de energia, etc. Podemos facilmente imaginar o que tudo isso irá significar para a indústria de ambos os países.

Mas, é sobretudo no plano da mão-de-obra ocupada que teremos os efeitos mais positivos da obra de Itaipu. Calcula-se que a construção da usina exigirá a mobilização de 20.000 operários que, contando com seus dependentes, representarão uma população nova de cerca de 74 mil habitantes na região. Já foi iniciada a construção de casas (667 unidades de cada lado) para abrigar a nova população, o que representa um investimento de US\$ 50 milhões, com a implantação de infra-estrutura prevista para mais casas e devendo oferecer condições de vida adequadas para a população (escolas, igrejas, lojas, hospitais, etc.). Para alimentar a população operária de Itaipu, serão necessárias, cada ano, 3.075 toneladas de mandioca, 1.650 toneladas de arroz, 1.785 toneladas de feijão, 2.800 toneladas de açúcar e 3.200 toneladas de carne. Esta simples enumeração mostra as oportunidades que serão oferecidas à agropecuária da região.

Esta concentração de mão-de-obra deverá, segundo cálculos mais moderados, traduzir-se por uma distribuição de salários de Cr\$ 30 milhões mensais, aproximadamente, o que permite avaliar os efeitos da obra sobre a demanda de bens e serviços na região. Novos serviços (lojas, bancos, instituições de lazer, etc.) deverão ser implantados, sendo de prever que novas fábricas terão de ser instaladas no lugar para fornecer matérias-primas necessárias à construção da usina (notadamente cimento).

É lícito pensar que uma obra que exigirá cerca de dez anos para ser completada, irá deixar profundas marcas na região e transformar-se-á num verdadeiro pólo de desenvolvimento com efeitos duradouros.

O tratado de Itaipu previu o pagamento de royalties a ambos os países que receberão cerca de US\$ 20 milhões por ano (cifra significativa para o Paraguai que exportou, em 1974, US\$ 174 milhões, dos quais aproximadamente US\$ 20 milhões para os países da ALALC). Além do mais, o país vizinho receberá remuneração pela energia vendida ao Brasil — que numa primeira fase terá de reembolsar os adiantamentos brasileiros para construção da usina, mas que mais tarde representará uma grande fonte de recursos para o Paraguai. O impulso dado à região pela construção da usina produzirá benefícios duradouros. Para começar, existirá um novo atrativo turístico: visitar a segunda usina hidrelétrica do mundo (a primeira devendo ser a de James Bay, no Canadá,

com 16 mil MW). Além disso, a presença de energia abundante e barata estimulará, no próprio lugar, a instalação de novas fábricas que poderão aproveitar a infra-estrutura física e humana implantada para a construção da obra.

Cumpre finalmente salientar que a realização desta obra binacional — com todas as dificuldades que implica — representa um exemplo para os países da Bacia do Paraná. O Paraguai tem um projeto parecido com a Argentina e o Brasil, outro, com o Uruguai. O Ciclo de Itaipu constitui, assim, apenas um ponto de partida para o desenvolvimento de toda esta região, que a crise de energia vem valorizar de modo excepcional".

Eis aí, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, retratada em suas gigantescas dimensões e em suas repercussões nas economias do Brasil e do Paraguai, a grande usina hidrelétrica de Itaipu.

Tratando-se de empreendimento de tal magnitude, que envolve esforço cooperativo binacional, sujeito, portanto, a toda sorte de obstáculos, a muitos poderá parecer impossível que sua conclusão se verifique ao termo do prazo estipulado. Essa dúvida, entretanto, será desde logo afastada se atentarmos para o fato de que, à frente dos trabalhos de construção da grande usina, se encontra um homem com as qualificações do Ministro José Costa Cavalcanti, cuja atuação na vida pública sempre se caracterizou pelo dinamismo, pelo senso de responsabilidade, pela integridade moral e por uma excepcional capacidade de trabalho.

Oficial Superior do Exército, Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Deputado Federal por aquele Estado, Ministro das Minas e Energia e do Interior em duas gestões governamentais, a conduta desse grande brasileiro, nos altos cargos e funções que desempenhou, constitui segura garantia de que os trabalhos de construção da usina de Itaipu serão concluídos dentro das previsões dos cronogramas aprovados, podendo, segundo tudo indica, ser até mesmo antecipados, a exemplo do que ocorreu com o canal de desvio do Paraná, entregue a um consórcio de cinco empresas, o que poderá reduzir sensivelmente o tempo estabelecido para sua efetivação.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maria de Carvalho.

O SR. JOSÉ MARIA DE CARVALHO (MDB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A minha vinda a esta Tribuna, hoje, é para relatar algumas coisas que vi na Colônia Juliano Moreira, órgão do Ministério da Saúde, localizado em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

Tendo ido à referida Colônia para visitar um doente de família das minhas relações de amizade, pude verificar que de um modo geral a Colônia se encontra em regular estado de limpeza e os internos em relativo estado.

Dentre as reclamações mais freqüentes, duas me chamaram a atenção. A primeira, a falta de cigarros. As fábricas de cigarros davam os cigarros com defeito de fabricação à Colônia que os distribuía entre os seus internos. Com a suspensão, os doentes passaram a abordar todos que lá vão para pedir cigarros ou oferecem o desagradável aspecto de aguardar que alguém jogue a "guimba" fora para apanhá-la e fumar.

Tive informações, inclusive, de que, com a falta dos cigarros, eles se recusam a trabalhar.

Se levarmos em conta que o trabalho constitui excelente terapêutica, não compreendemos porque as fábricas se recusam a dar essa ajuda, que não lhes traz nenhum prejuízo. Mesmo assim pudemos verificar a beleza da horta, da colchoaria, etc.

O mesmo não podemos falar da criação de porcos que, dependendo dos restos da alimentação dos internos para viver, estão à mingua, em virtude da diminuição injustificável da etapa dos doentes.

Entretanto, o fato que mais me chamou a atenção foi a suspensão do pagamento da ajuda aos que trabalham.

Não se justifica que estejamos voltando ao trabalho escravo. É injusto e desumano que não se remunere aquele que presta serviços. Como sempre foi usado o critério da remuneração pelos serviços prestados pelos doentes, apelamos ao Sr. Diretor para reparar o erro, dando a essa comunidade um estímulo para o trabalho produtivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cláudio Sales.

O SR. CLÁUDIO SALES (ARENA-CE) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O mês de agosto em curso tem sido pródigo em notícias de danos ao patrimônio público, generalizadas sob o conceito de corrupção, as quais, em certos instantes, chegam a dar a idéia de que o País se encontra mergulhado em verdadeira onda de desrespeito aos bens do Estado, mormente de partes de administrações estaduais concluídas recentemente.

As denúncias aqui e ali levantadas, as investigações que se iniciam, as medidas apuratórias que se instauram, todo o concerto de providências adotadas, pelo impacto que certas áreas políticas procuram imprimir-lhes, criam um clima de dúvidas no seio do povo, profundamente danoso ao meio político.

É óbvio que a ninguém de responsabilidade definida interessa defender ou silenciar os casos comprovados de ofensas ao Erário público.

O desejo manifesto das lideranças, governamentais e políticas, que estão amadurecidas nas responsabilidades de seus encargos e deveres, é o de que o destino normal da Fazenda pública é o bem comum, é o povo no seu sentido final.

A Revolução de 1964, que se fez para combater a corrupção e a subversão, não iria aceitar que uns poucos a comprometessem e daqueles bens e cargos se locupletassem impunemente.

Os que emergiram com ela, pela aceitação de seus objetivos, e convictos da indiscutível superioridade dos seus propósitos, os que têm desempenhado cargos e missões que lhes confiou, que pautaram e pautam a sua conduta e os seus atos dentro daquele balíssimo que a motivou, estão sempre prontos a combater deslizes, a punir culpados em quaisquer latitudes e momentos, visando a consolidar uma nova mentalidade pública, um novo estilo de governo e uma nova sistemática política, clima, meio e ambiente adequados à opção que fizeram.

Não poupar culpados.

Não fabricar culpados.

Não acusar sem base ou fato concreto e responsabilidade definida.

A dignidade alheia, a honra dos homens públicos, mesmo que adversários, não podem ser gratuitamente conspurcadas, especialmente pelos políticos, a menos que suicidas, aqueles que, visando apenas a vantagens imediatas, esquecem-se da própria condição.

Os crimes contra o patrimônio público devem ser denunciados.

Os seus autores devem ser responsabilizados e, sobretudo, punidos.

A impunidade não deve ser advogada ou aceita.

A plena responsabilidade é a garantia do cidadão comum e o exercício dos cargos públicos não deve servir de trampolim ao enriquecimento ou às vantagens ilícitas.

Todavia, o aproveitamento de denúncias duvidosas ou absurdas, a utilização de fontes suspeitas ou tendenciosas, o uso da maledicência, o extravasamento das inimizades e desafeições como base à construção de casos de corrupção, é inaceitável, é repelente, é terrorismo político, é uma arma psicológica desonesta, destruição sistemática de lideranças, esvaziamento de valores políticos e administrativos, desserviço ao povo.

Abordamos o assunto marcando o nosso conceito de que a corrupção não pode ser aceita como fato normal, como fato consumado, como prática constante e tolerável, como procedimento excludível.

Assinalamos igualmente que o assunto não deve ser tratado levianamente, como mera promoção político-eleitoral orquestrada em substituição a tantas outras campanhas institucionalizadas, pelo risco de resvalar para o absurdo, pelo envolvimento injusto de pessoas e governos em fatos apenas aparentes ou acontecimentos fictícios.

Sabe-se que as acusações se propagam com tanto maior rapidez quanto mais intenso for o seu teor de escândalo, independentemente do seu lastro de verdade.

Sabe-se, igualmente, que os desmentidos nunca alcançam a intensidade e penetração daquelas, restando, destarte, um percentual injusto de dano ou prejuízo para os que foram envolvidos imerecidamente em casos escandalosos.

Dai a cautela que a matéria deve comportar, para que não se poupem os culpados provados e para que não se envolvam como corruptas pessoas que, muitas vezes, não passam de suspeitas.

A colocação que se faz dos fatos denunciados até agora como atos de corrupção já não é, na maioria dos casos, correta, porque há uma repetida confusão entre corrupção e peculato.

Os atos isolados de indivíduos não configuram responsabilidade de governo e corrupção pressupõe um ajustamento de ação ou aceitamento tácito de procedimentos condenáveis, de que seriam partícipes dirigentes governamentais.

Por isso, é oportuno que as lideranças políticas examinem o quadro e definam melhor uma regra de comportamento, sem transigências e também sem abusos, uns e outros inaceitáveis e profundamente inconvenientes.

Nesta linha de pensamento é digno de destaque o posicionamento do ex-Governador do Ceará, César Cals que, sem demitir-se das responsabilidades e da defesa do seu mandato, os exerce com serena atuação, cônscio do seu desempenho eficiente e honesto.

Embora as acusações, levantadas no Ceará, contra fatos do seu Governo tenham ressalvado expressamente a sua honestidade pessoal, apressou-se ele em dirigir-se ao seu ilustre sucessor, o Governador Adauto Bezerra, apelando para que as possíveis irregularidades ocorridas em seu mandato sejam rapidamente apuradas, para definição das responsabilidades respectivas.

Eis, na íntegra, o teor de sua solicitação, que divulgamos nesta oportunidade:

“Face divulgação continuada et sistemática sobre possíveis irregularidades teriam acontecido durante meu Governo encareço vossência determinar rigorosa et rápida apuração sim averiguar veracidade denúncias et reais responsáveis para evitar maledicência venha atingir honrabilidade homens honrados et irrecuperável dano familiar além repercussão desfavorável nosso Estado pt Outrossim informo vossência durante meu Governo cada secretário era responsável pela fiscalização órgãos administração direta et indiretas vinculados sua Pasta et que exerciam ação conjungada com auditoria interna permanente ligada diretamente Governador pt Solicito vossência autorizar ampla divulgação este mifeu telex.”

A atitude do Sr. César Cals evidencia o justo receio de que colocações apressadas do problema da chamada corrupção possam alcançar a sua magnífica figura humana.

Tendo se empenhado, profunda e lealmente, durante um mandato, em servir ao Ceará e sua gente, com o mesmo zelo e lucidez com que antes servira ao Brasil em outras missões e como continua a fazê-lo em nova e destacada investidura, não pode admitir, impossível, que uma publicidade tendenciosa ou despreparada venha colhê-lo em suas malhas.

Sua imagem no Ceará, pela profundidade com que se plantou na alma da gente cearense, como resultado de seu trabalho imaginoso e diligente, de sua eficiência, de seu insuperável otimismo, resistência, sem graves danos, a incursões do tipo ora tratado, mas no País, o seu silêncio, a sua omissão acomodada, poderia gerar dúvidas danosas ao seu bom nome e tradição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB-AM) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje, vou ler dados sobre a vida de um ilustre brasileiro.

É difícil ser fiel a vida inteira. É dificílimo ser leal dirigindo uma Igreja Batista por 30 anos. Falo do Dr. João Filson Soren, brasileiro, Ministro Evangélico Batista — portanto, para honra minha, meu colega — herói da FEB e Pastor-Presidente da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, por 40 anos.

Destaco acontecimentos alusivos a esse pastorado e à Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, que completará 91 anos a 24 do corrente mês, com dados que desejo façam parte integrante deste meu pronunciamento.

Minhas homenagens à grei do Ser Supremo, que transmite o Evangelho autêntico, apontando, de resto, Jesus como salvador dos que se arrependem dos pecados e crêem na salvação.

Culto de ação de graças: dia 4 de janeiro de 1975 às 20:00 h.

Precedendo ao culto houve a cerimônia de descerramento da placa alusiva aos quarenta anos de pastorado do Dr. João Filson Soren.

Placa fixada no Vestíbulo do Templo.

Culto: Processional. Entrada no Santuário. Pastor, sua esposa, Professora Nicéa de Miranda Filson Soren, familiares, diáconos e auxiliares de diáconos.

Direção do culto: 2º-Vice-Presidente, diácono Dr. Edgar de Meldeiros Calmon.

Mensagem gratulatória: 1º-Vice-Presidente da diretoria da Igreja. Diácono Dr. Paulo Buscácio de Almeida.

Oração gratulatória: Diácono Gilberto de Novais Figueira.

Vida e Ministério do Pastor Dr. João Filson Soren.

Foi consagrado ao Ministério no dia 1º de janeiro de 1935, no templo da Igreja. Proferiu o sermão de consagração o Pastor Dr. José de Souza Marque, cujo tema foi: “Glorifica o teu Ministério”.

Traços: — Dr. João Filson Soren nasceu no então Distrito Federal (2º filho do casal Francisco Fulgêncio Soren e Dona Jane Filson Soren, de saudosa memória (ambos).

Dr. Francisco Fulgêncio Soren, seu pai, foi pastor da Igreja durante 33 anos.

Estudou no Colégio Batista Shepard onde completou o curso de Humanidades. Posteriormente lecionou História da Civilização, Inglês, Física, Química, além de atuar como instrutor de atletismo e técnico de vários esportes.

Seu preparo musical incluiu os cursos de canto e violino. Em 1927 viajou para os Estados Unidos da América do Norte, onde permaneceu cinco anos graduando-se em Teologia e Mestrado. Casou-se (no Brasil) com a Professora Nicéa Miranda Soren, em 24 de dezembro de 1934, abençoando-o Deus nesta aliança com três filhos: Marília, Cláudio e João Marcos.

Na sessão da Igreja do dia 23 de dezembro de 1934, já eleito pastor, declarou: completando os estudos, sua intenção era trabalhar numa pequena igreja no Brasil e com ela crescer ou ser missionário no interior da Pátria.

Entretanto aprovou ao Senhor conduzi-lo ao pastorado da maior Igreja do País. Nisso reconhecia um ato da vontade de Deus, e ao qual, competia obedecer. Logo não era questão de aceitar ou não aceitar o pastorado, e sim obedecer à vontade de Deus.

Catedrático de Teologia Sistemática e Psicologia Contemporânea, do Seminário Teológico do Sul do Brasil, desde

1946. Membro da Comissão Técnica Revisora da Nova Versão Autorizada da Bíblia em Português, como Vernaculista. Autor do Livro "O Ensino Religioso nas Escolas do Estado".

Membro da Academia Evangélica de Letras, Relator e membro de comissões de alto nível para estudos relativos a Ensino, Administração e Doutrina, no âmbito denominacional.

Recebendo o pastorado da Igreja em 1º de janeiro de 1935 com 530 membros, batizou até 29 de dezembro de 1974, 2.840 crentes; efetuou 599 cerimônias de enlaces matrimoniais. Além do pastorado da Igreja por 40 anos, ele pastoreou interinamente, ao longo desse período as Igrejas Batistas da Gamboa, Ramos, Benfica, no Rio de Janeiro, e a Igreja Batista Bandeirantes em Piranema, antigo Estado do Rio.

Ocupou por seis vezes a Presidência da Convenção Batista Brasileira, e por quatorze vezes a Presidência da Assembléia da Convenção Batista do Rio de Janeiro. Presidiu várias vezes a Junta Executiva da Convenção Batista do Rio de Janeiro. Ocupou a Reitoria do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.

Foi Vice-Presidente da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil e Redator de "O Batista Carioca". Em 1960 foi eleito Presidente da Aliança Batista Mundial. Imprimiu com seu presidente à estrutura daquela organização, pela primeira vez na sua história, uma ênfase evangelística, de que veio a resultar a promoção, sob seus auspícios, do movimento de evangelização mundial, denominado: "Reconciliação por meio de Jesus Cristo".

É membro vitalício da Comissão Executiva da Aliança Batista Mundial. Em 1955, quando do 9º Congresso da Aliança Batista Mundial, reunida em Londres, proferiu o sermão oficial, cujo tema foi: "Dai-lhes vós de comer". Em 1970, em Tóquio — Japão, quando da realização do 12º Congresso, proferiu o chamado "Sermão da Convocação".

É membro fundador da Sociedade Bíblica do Brasil e Vice-Presidente Honorário da Imprensa Bíblica Brasileira. Faz parte, desde 1935, do Conselho de Diretores do Hospital Evangélico. Participou, como Capelão, na Itália, durante a 2ª Grande Guerra, pela Força Expedicionária Brasileira.

Títulos e Condecorações — Medalha da Campanha da FEB. Medalha de Esforço de Guerra. Cruz de Combate 1ª Classe (a maior condecoração de guerra do Exército Brasileiro); Silver Star, do Exército Norte Americano, Doutor em Divindade pelo Georgetown College, em 1955. Doutor em Direito "Honoris Causa", pelo William Jenuell College, 1960 (No Brasil, além do Pastor Soren, somente obtiveram esta condecoração, o Dr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa e o Marechal Eurico Gaspar Dutra, quando Presidente da República).

Medalha comemorativa da inauguração do Monumento Nacional aos mortos da 2ª Guerra Mundial, conferida pelo Marechal Mascarenhas de Moraes (1960). Diploma de Cidadão Fluminense em 1973, conferido pela Assembléia Legislativa do antigo Estado do Rio. Diploma de Cidadão Benemérito do Estado da Guanabara (1974). Medalha Mascarenhas de Moraes, do Exército Brasileiro. Cavaleiro da Grande Ordem de Proteção Africana, concedida pelo Governo da Libéria, em 1971.

Atualmente o Dr. João Filson Soren é o Presidente da Convenção Batista Brasileira, cuja 58ª Assembléia Geral normal se realizará em Manaus, de 24 a 30 de Janeiro de 1976, com Mensageiros das Igrejas Batistas de todo o território nacional, por convite especial da Igreja Batista de Constantípolis, Avenida Leopoldo Perez, 419, em Manaus, Capital do Amazonas.

Denominação: Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

Organização: Dia 24 de agosto de 1884.

Fundadores

Dr. William Buch Bagby
Ana Luther Bagby
Mary O'Roche
Elizabeth Williams

Primeiro Templo: Rua Cassiano — Santa Tereza

Primeiro Pastor: Dr. William Buck Bagby

O Pr. Dr. Francisco Fulgêncio Soren, de saudosa memória, pai do atual pastor, brasileiro, nascido no antigo Estado do Rio, pastoreou a Igreja durante 33 anos.

Sua esposa, também na glória, era americana do norte, chamava-se Jane Filson Soren.

Do casal nasceram sete filhos: Francisca, João, Virgínia, Edgar, Ernesto, Lloyd e James.

Dia 6 de janeiro de 1975, em duas belíssimas solenidades, a Igreja homenageou os diáconos Manoel Correia Monteiro e Luiz França Costa, primeiros Tesoureiro e Secretário, respectivamente, da Igreja, agraciando-os com os nomes de duas salas departamentais, uma para cada um dos homenageados, pois os mesmos completaram 40 anos de mera diretoria da Igreja.

Nas três homenagens prestadas Pr. Dr. João Soren com uma placa de bronze e os Diáconos Manoel Monteiro e Luiz de França Costa, também foram-no suas respectivas esposas: Profª Nicéa Miranda Soren, D.D. Dinah Lessa Monteiro e D. Isabel de Souza Costa.

Organizações da Igreja que atualmente tem um arrolamento de 2.633 membros:

1 — Conselho de Oficiais, constituído do Pastor, seu presidente e os Diáconos.

2 — Escola Dominical (Escola Bíblica Dominical)

3 — Oito Uniões de Treinamento

4 — Assembléia das Uniões

5 — Sociedade Feminina Missionária

6 — Sociedade Cooperadora de Homens

7 — Corais — Eclésia, Nicéa Soren, Dominua, Hósana

8 — Gedrama (Evangelização através da arte)

9 — Coreutas (Coro falado) baseado no coro Grego.

10 — Celeiro (que atende os membros da Igreja mais necessitados)

11 — Congregação do Alto da Boa Vista

12 — Trabalhos evangelísticos externos:

a) Campo de Santana

b) Praça Afonso Pena

c) Central do Brasil

d) Praça Condessa de Frontin

e) Praça Del Vechio no Rio Comprido

13 — Culto no presídio

14 — Mensageiras do Rei

15 — Rol de Berço

16 — Embaixadores do Rei

17 — Comissão de Rádio (há irradiação dos cultos vespertino dominicalmente pelas Emissoras: Quitandinha, Copacabana e Rio de Janeiro)

18 — Vestíbulo de Oração.

Além das já citadas, a mesma organizou as Igrejas de Engenho de Dentro e Tijuca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Emanuel Waissmann.

◆ **O SR. EMANUEL WAISSMANN (MDB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo e o povo de Israel perderam, há alguns dias, na pessoa do professor Pinhas Sapir que faleceu, uma de suas grandes personalidades.

No ano em que esteve reunido o 8º Congresso Sionista Mundial, em 1907 nasceu na Polônia aquele que viria a dedicar toda a sua vida ao supremo ideal sionista: o regresso e o estabelecimento de tantos judeus quantos fosse possível em Eretz Israel.

Formado pela Escola Normal de sua terra natal, cedo Pinhas Sapir se dedicou a uma tarefa que identificava, desde logo seu ideal: tornou-se professor de Hebraico, passando a colaborar, assim, numa

tarefa que iria imortalizar o filólogo Eliezer Ben Ichuda, isto é, o renascimento da moderna língua hebraica, língua oficial do Estado de Israel.

A despeito dos ingentes esforços do Governo Britânico, que detinha então o Mandato da Palestina, em proibir, de todas as formas (inclusive pela força) novas *aliyahs* para Israel, calcula-se que, de 1920 até 1937, nada menos do que 50.000 novos imigrantes conseguiram aportar em sua Terra Prometida. Entre esses, estava o jovem professor Pinhas Sapir que, como a maioria dos outros, dependeria, para sua sobrevivência, de ajuda financeira das duas instituições que ele um dia iria presidir: a Agência Judaica e o Comitê Executivo do Movimento Sionista Mundial. Para ele, entretanto, Sr. Presidente, estava tudo bem, como para todos os outros, pois que eles acreditavam seriamente na vitória da causa sionista e acreditavam, ainda mais, que, como diz o Talmud (Berajot 58), no comentário de Avot Derabi Nathan,

"Não há uma beleza igual
à beleza de Jerusalém!"

Desde que chegou à ainda chamada Palestina, Srs. Congressistas, Pinhas Sapir se tornou um dos líderes da famosa e poderosa *Histadrut*, a Central Sindical dos Trabalhadores de Israel. Como não era esse, porém, seu interesse principal, logo aceitou uma outra responsabilidade, indo para o Ministério da Defesa ainda em embrião. Assim que foi restabelecido o Estado de Israel, em 1948, o humilde professor de Hebraico estava preparado para servir mais e melhor à sua Pátria, e em 1949 foi nomeado Diretor-Geral do Ministério da Defesa de Israel.

Dali, passou para o Ministério da Fazenda, do qual chegou a ser Diretor-Geral em 1953. Eleito para a *Knesset* (o Parlamento de Israel), teve de deixar seu lugar no Governo em 1955. Foi curta sua vida parlamentar, Sr. Presidente, porque sua vocação era bem outra. Nomeado nesse mesmo ano Ministro da Indústria e do Comércio, deu início a uma das mais importantes tarefas, que estava intimamente ligada ao que ele ainda iria fazer de melhor por seu povo: começou um programa de atração para investimentos que seriam aplicados no desenvolvimento de uma moderna e sofisticada indústria e no desenvolvimento das áreas consideradas normalmente como irrecuperáveis, como o deserto do Neguev. Seu objetivo era criar melhores condições para os outros imigrantes, que continuavam a afliuir a Israel em número cada vez maior.

Em 1963, Pinhas Sapir foi nomeado Ministro da Fazenda de Israel, posto que ocupou durante 11 anos. Em 1965, acumulou com aquele o posto de Ministro da Indústria e do Comércio, que ocupou durante 10 anos. Até 1974, foi o titular desses dois importantes Ministérios de um Governo que, como sabem os Srs. Congressistas, é Parlamentarista. Não foi à toa que, em meio a isso tudo, Pinhas Sapir foi também Secretário-Geral do Partido Trabalhista. Era político de boa cepa.

Depois das últimas eleições em Israel, que aconteceram no ano passado, Pinhas Sapir, que tinha sido eleito outra vez para o Parlamento, preferiu, definitivamente — pena que por pouco tempo — dedicar-se só ao Movimento Sionista. Nomeado Presidente do Comitê Executivo do Movimento Sionista Mundial e da Agência Judaica, como Diretor do seu Departamento de Imigração, lançou-se à tarefa de seus sonhos: atrair mais imigrantes e ajudá-los a se fixar em Eretz Israel. Foi nessa tarefa que a morte o colheu. Minhas homenagens à memória de um homem extraordinário. (Muito bem!) •

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Paulo.

O SR. JORGE PAULO (MDB-SP) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tomando-se o homem como o destinatário e o beneficiário do desenvolvimento econômico e do progresso social — objetivo supremo de nossa Constituição, de nossas leis ordinárias e dos programas de Governo — nunca é demais lembrar que só atingiremos esse

objetivo dotando o processo educativo de meios para atender às necessidades de nosso povo.

O processo educacional não ocorre apenas na escola. Os pedagogos e os educadores, cada vez mais, dão ênfase aos fatores educacionais extra-classe como sendo de real importância para a perfeita e integral formação ao educando.

Sendo o homem fruto de seu tempo, é natural que, em matéria educacional, sejam aproveitados os estímulos motivadores da juventude. Em nossos dias, os jovens sentem-se atraídos pela música e demonstram uma irresistível tentação para a aprendizagem dos mais variados instrumentos musicais e para a aquisição de aparelhos sonoros.

Muitos desses jovens apresentam aptidões que, devidamente dirigidas e desenvolvidas, podem proporcionar o desabrochar de um artista e a sua realização profissional e pessoal.

No entanto, a despeito da Iniciação musical estar incluída no currículo do 1º grau entre as práticas educativas e da existência de conservatórios de música nas principais cidades do País, observa-se que existe uma grande massa de jovens que estimariam possuir uma cultura musical e, sobretudo, uma formação musical que os tornasse aptos ao exercício profissional.

Com essa carência de recursos materiais e humanos para a formação de futuros músicos, o País tem deixado de contar com talentos que foram desperdiçados pela ausência de uma formação musical.

Pela irresponsabilidade de o Poder Público instituir taxas a não ser nos casos "de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição", como preceitua o artigo 77 do Código Tributário Nacional, acreditamos que não seria de todo inviável a adoção de um percentual nos preços de aparelhos de som e de instrumentos musicais com o fim específico de constituir um fundo com a finalidade de criação de Bolsas de Estudo destinadas à formação de novos músicos e artistas brasileiros.

As Bolsas decorrentes dos recursos desse fundo poderiam, também, ser destinadas ao aprimoramento e aperfeiçoamento de profissionais já existentes, assim como estimular e desenvolver pesquisas na área musical.

Os resultados dessa iniciativa, estamos certos, seriam os mais favoráveis para a cultura musical em nosso País.

Acresce, ainda, Sr. Presidente que essa pequena parcela decorrente da comercialização de aparelhos de som e de instrumentos musicais, não deve concorrer para um acréscimo ao custo final do produto, podendo o seu cálculo participar da incidência do ICM ou do IPI sobre o produto.

Acreditamos que, sem onerar o produto e não subtraindo à administração pública uma parcela de sua receita, pode o governo com essa iniciativa concorrer eficazmente para o desenvolvimento da cultura musical e o despertar de muitas vocações artísticas em nosso País.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é o seguinte:

Por várias vezes fiz pronunciamentos, nesta Casa, em defesa da cultura nacional e dos perigos que representam para o nosso desenvolvimento cultural o transplante de culturas alienígenas. Se por um lado o nosso planeta apresenta hoje — graças aos meios de comunicação — condições para que vivamos todos em "uma mesma casa", como acentuou o iluminado Papa João XXIII na Encíclica *Mater et Magistra*, por outro, os povos devem lutar para manter as suas características nacionais, sob o risco de serem absorvidos por outras culturas.

É, portanto, um esforço que se impõe a todos aqueles que têm responsabilidade pela divulgação e propagação culturais.

Se a todos deve animar esse espírito de luta para a manutenção das características nacionais, herança de nosso passado cultural, ao governo, com muito mais força, se impõe o dever de salvaguarda de nossas tradições e de nossas manifestações culturais.

Todos reconhecem o amparo que o Governo dá para as programações de música erudita, bem como ao *ballet* e à arte cênica em geral. Amparo necessário e que todos aplaudem, pois é sabido que sem auxílio do poder público, dificilmente a população brasileira poderia usufruir de tais espetáculos.

Ocorre, porém, que esse estímulo que o Governo oferece aos espetáculos de música erudita e afins não é proporcionado aos espetáculos populares, ou se o é, não chega a atingir os seus objetivos.

Sociólogos, psicólogos, linguistas, enfim, todos aqueles preocupados com os estudos das ciências sociais e do homem, têm alertado as autoridades responsáveis para o perigo da despersonalização que vêm sofrendo a nossa língua, os nossos hábitos, os nossos costumes e, logicamente, todas as nossas manifestações culturais.

Sempre é tempo de se tomar uma posição, e a que ora se impõe é um imperativo em defesa dos principios embasadores de nossa cultura, o que vale dizer, da própria nacionalidade.

É oportuno lembrar que a maioria dos teatros públicos ou os que mantêm convênios com o Governo apresentam grandes desfazimentos entre uma programação e outra, período esse inteiramente ocioso e que poderia ser utilizado para a apresentação de espetáculos musicais folclóricos e populares.

A globalização ou universalização que nos obriga a viver, a pensar e a sentir como se estivéssemos em "uma mesma casa" ou em uma "aldeia global" não deve, contudo, alterar ou modificar os traços próprios de cada povo. Ao contrário, no processo de globalização deve cada povo acrescentar, contribuir com algo de próprio — pois, o universal subsiste no regional, assim como o geral no particular. Se nos submetermos, porém, às influências estrangeiras estaremos definitivamente comprometendo o futuro do País.

Se no campo econômico foram tomadas medidas de defesa dos legítimos anseios nacionais, no campo cultural não é dado observar o mesmo cuidado. Impõe-se, assim, como um autêntico objetivo nacional, a preservação de nosso legado cultural.

Considerando a atração e o fascínio que a música exerce sobre os jovens — e eles são os destinatários e os beneficiários do progresso social que está sendo implantado nesta Nação — o estímulo que o poder público dispensar à divulgação e à preservação dos nossos costumes e da nossa cultura popular será decisivo para que se possa alcançar o "desenvolvimento humanista e integral", de que fala o eminentíssimo Presidente Geisel.

Faço um apelo, Sr. Presidente, ao ilustre Ministro da Educação e Cultura para que determine as providências necessárias permitindo os principais teatros do País promoverem espetáculos folclóricos e musicais. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (ARENA-SP) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sou, e necessariamente até, sobretudo por minha educação mental, um entusiasta tanto da renovação dos quadros quanto da renovação dos comandos. Mas, quanto a estes, sempre entendendo que a renovação há de condicionar-se ao valor e ao mérito, à competência e à eficiência. Não estimo alijar os mais velhos, porque são velhos; não me apraz ver os novos na direção, apenas porque são moços.

Sei de velhos que não se compatibilizaram com as idéias e com as técnicas modernas, como sei de moços apegados a um passadismo insustentável.

Mas entendi no passado, como ainda hoje entendo, que sempre que novos valores despontam, moços e capazes, deve ser-lhes oferecidas aquelas oportunidades que a vida pública pode ensejar aos que são realmente úteis. Um novo comando, quando sadio e jovem, cheio de forças e de energias, pode, na verdade, dinamizar e fazer prosperar as sociedades nas quais se integram, e dentro das quais se destacam por suas altas qualidades.

Assim, e consequentemente, recebo com euforia a anunciada escolha do jovem e ilustrado cultor do Direito — Dr. Cláudio Lembo — para vir ocupar a presidência do meu Partido — a ARENA — no Estado de São Paulo, o que representa, para me utilizar dos próprios conceitos do Governador Paulo Egydio, "trazer novos valores ao cenário político".

Fui contemporâneo de Cláudio Lembo, no final da década de 50, em nosso curso jurídico, na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Acompanhei-lhe a carreira ascensional, como advogado, como erudito professor, como empresário — sempre digno e capaz, sempre brilhante e irreprochável.

Vi-o, muito recentemente, vir a ocupar a Secretaria dos Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, onde cedo se destacou, seja pela sua competência profissional, seja pela sua habilidade política, seja, ainda, pela capacidade de somar e de reunir, tudo, como sempre, posto no interesse da causa pública.

Homem da nova geração da grande cultura paulista, Cláudio Lembo, ainda mais porque não tem qualquer frete de atrito que possa obstar-lhe o ingente trabalho que o aguarda, há de ser, muito certamente, o elo ideal para reunir velhas e novas lideranças, conciliando gerações e tudo amalgamando no sentido de que a ARENA, em São Paulo, possa exibir-se, coesa e unida, nas duras e ressarcidas campanhas eleitorais com que nos defrontaremos em 1976 e 1978.

Descompromissado politicamente, no alto sentido sociológico em que emprego o conceito; hábil e deveras preparado; moço e repleto de energias físicas e mentais para a grande tarefa, Cláudio Lembo, que é como escolha uma alta solução, há de ser, seguramente, como presidente da ARENA paulista o timoneiro dedicado e competente a cujo comando firme e decidido nos entregaremos confiantes, certos de que o povo ratificará, nas urnas, os nossos esforços e a nossa dedicação pela causa pública.

Desejo, finalmente, cumprimentar e consignar o preito de reconhecimento ao Presidente da ARENA Regional, que deixará o seu cargo dentro de poucos dias, o nobre Deputado Jacob Pedro Carolo, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Partido. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Octacílio Queiroz.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ (MDB-PB) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, registro com pesar da Bancada Paraibana, para que possa figurar nos Anais do Congresso, o falecimento do genealogista paraibano Sebastião Bastos, membro do Instituto Histórico e Geográfico daquela cidade e figura tradicionalmente conhecida ali.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos.

Nos termos do parágrafo 3º do Art. 47 da Constituição, foi encaminhada à Presidência a Proposta de Emenda à Constituição nº 21/75.

Com vistas à leitura da matéria, e demais providências necessárias à tramitação da proposta convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã às 19 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da presente sessão, o Sr. 1º-Secretário procederá à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20 e 29, de 1975.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 20, DE 1975

Dá nova redação ao § 1º do art. 168 da Constituição Federal.

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 49 da Constituição Fe-

deral, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

"Artigo único. O § 1º do art. 168 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, que tenham unicamente brasileiros como sócios ou acionistas, sendo as ações sempre nominativas."

Justificação

Hoje em dia, mais do que nunca, é imprescindível a união de todos os brasileiros em defesa das riquezas do nosso País.

Ninguém ignora o imenso poderio de que desfrutam as empresas multinacionais, cada dia mais vorazes na obtenção de seus lucros exorbitantes. Através de expedientes solertes, essas empresas asfixiam o desenvolvimento dos países ainda não plenamente desenvolvidos. Impedem, com manobras escusas, que esses mesmos países possam melhorar a sua situação e atingir uma etapa superior de progresso.

Na hipótese da presente emenda constitucional, cuidamos de defender as nossas riquezas minerais e o nosso potencial de energia hidráulica. O Brasil, desde tempos remotos, tem sido considerado um dos maiores detentores de recursos minerais do mundo. Recentemente, após os magníficos trabalhos realizados através da utilização de satélites, tomamos conhecimento de que nossas reservas minerais ultrapassam, de muito, às melhores expectativas.

Não podemos permitir que essas riquezas venham a ser manipuladas e controladas por estrangeiros, ainda que mascarados sob a forma de empresa multinacional.

Um exemplo concreto da atuação desagregadora para nosso país, por parte de grupos multinacionais, é a luta que vem sendo travada, ainda na surdina, pela quebra do monopólio estatal do petróleo. Argumentos enganosos são utilizados com o fito de pretender a permissão para que empresas estrangeiras atuem na pesquisa e lavra do petróleo, ainda que em convênio com a PETROBRAS. Mais um pouco e teremos totalmente vazio de significado o monopólio estatal nessa importantíssima atividade.

O mesmo se diga com relação aos recursos minerais e aos potenciais de energia elétrica. Não podemos deixar à enunciação de uma lei ordinária (facilmente modificável por eventual maioria) a defesa de um importante setor de riquezas do país. A exploração de minerais assume, mais do que nunca, aspectos de segurança nacional. Muito se tem comentado a respeito dos crescentes contrabandos de ouro, pedras preciosas, metais nobres e minerais estratégicos. Face às crises internacionais do petróleo, a energia hidráulica assumiu papel dos mais relevantes dentro das possibilidades de desenvolvimento de nosso país, representando, sem sombra de dúvida, uma substancial economia de divisas.

Para fazer face às investidas das empresas multinacionais precisamos dotar o país de uma legislação rígida, no sentido de serem coibidos os abusos que vêm grassando.

Acredito que a exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica devem ser outorgados exclusivamente a brasileiros ou a firmas or-

ganizadas no país, mas compostas exclusivamente por sócios ou acionistas brasileiros. Para se evitar a fraude, as ações deverão sempre ser nominativas. É um primeiro passo, sem dúvida importante, na luta pela defesa de nossas fontes de riqueza.

Esta proposta de emenda constitucional está lastreada nos mais puros sentimentos de defesa dos interesses nacionais e sua aprovação, pelo Parlamento Nacional, demonstrará que o povo brasileiro, através de seus legítimos representantes, continua intransigente na defesa de suas riquezas.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1975. — **Oswaldo Lima — Epitácio Cafeteira — Peixoto Filho — Leônidas Sampaio — Brígido Tinoco — João Menezes — Adhemar Santilo — Otacílio Almeida — Jorge Uequed — João Gilberto — Alceu Collares — Aloisio Santos — José Bonifácio Neto — Nadyr Rossetti — Rosa Flores — Marcondes Gadelha — Joaquim Bevilacqua — Fernando Gama — Odacir Klein — Paulo Marques — José Maurício — Alvaro Dias — Abdón Gonçalves — Freitas Nobre — Gamaliel Galvão — Fábio Fonseca — Emanuel Waissmann — Ário Theodoro — Walter Silva — Noide Cerqueira — Rubem Dourado — Juarez Batista — Airton Soares — Francisco Rocha — Antônio Belinati — Amaury Müller — Ney Ferreira — Nelson Thibau — Hélio de Almeida — Francisco Libardoni — Edgar Martins — Ailton Sanderval — Odemir Furlan — Ernesto de Marco — Pedro Lauro — Antônio José Nascimento — Getúlio Dias — Alcir Pimenta — Roberto Carvalho — Fernando Cunha — Tarcísio Delgado — Antônio Bresolin — José Costa — Francisco Amaral — Jorge Moura — Rubem Medina — Ruy Lino — Mário Frota — Nabor Júnior — Léo Simões — Jarbas Vasconcelos — Fernando Lyra — Marcelo Gato — Cotta Barbosa — Mário Moreira — Henrique Cardoso — José Mandelli — Jerônimo Santana — Milton Steinbruch — Genervino Fonseca — Florim Coutinho — Sebastião Rodrigues — Walber Guimarães — Aluizio Paraguassu — Osvaldo Buskei — José Maria Carvalho — Daniel Silva — Theodoro Mendes — Yasunori Kunigo — Pedro Lauro — JG de Araújo Jorge — Joel Ferreira — Adalberto Camargo — Lauro Rodrigues — José Thomé — Frederico Brandão — Erasmo Martins Pedro — Joel Lima — Lincoln Grillo — José Carlos Teixeira — Vinícius Cansanção — Fernando Coelho — Padre Nobre — Israel Dias Novaes — Miro Teixeira — Ney Ferreira — Antônio Pentes — Silvio Abreu Júnior — Francisco Studart — Marcos Tito — Guaçu Piteri — Celso Barros — Santilli Sobrinho — Henrique Eduardo Alves — João Arruda — Figueiredo Correa — Moreira Franco — Antunes de Oliveira — Humberto Lucena — Jaison Barreto — Mac Dowell Leite de Castro — Jorge Paulo — Olivir Gabardo — Gomes do Amaral — Carlos Santos — Nelson Maculan — Iturival Nascimento — Antônio Morais — Magnus Guimarães — João Cunha — Jorge Ferraz — Jader Barbalho — Otávio Ceccato.**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 29, DE 1975

Acrescenta parágrafo único ao artigo 169 da Constituição da República Federativa do Brasil.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Artigo único. Fica acrescentado ao art. 169 da Constituição o seguinte parágrafo único:

"Art. 169.

Parágrafo único. Constituem, ainda, monopólio da União, a pesquisa, a lavra, a produção, a industrialização e a comercialização de minérios nucleares, nos termos da lei."

Justificação

Pretende-se introduzir no texto constitucional disposição que consagra o monopólio estatal da lavra, pesquisa, produção, industrialização e comercialização de minérios nucleares, pelas razões que justificaram a mesma providência com relação à pesquisa e à lavra de petróleo em território nacional.

Ninguém duvida da oportunidade e nem da conveniência da medida: define-se agora a política nacional nuclear e é melhor que ela se consubstancie em norma colocada no topo do nosso ordenamento jurídico.

A Proposta de Emenda com tal objetivo poderia acrescentar, como se fez, parágrafo único ao art. 169 da Constituição, ou modificá-lo, em sua redação. Pareceu-nos, todavia, que a modificação do aludido artigo apresentaria dificuldades técnicas, até de redação, uma vez que, sobre o petróleo, o monopólio se restringe à pesquisa e à lavra. Referentemente ao monopólio de minérios nucleares o pensamento nacional, por motivos óbvios, tem maior amplitude, abrangendo, inclusive, a produção, a industrialização e a comercialização dos mesmos.

Eis a razão pela qual se optou pela inclusão de um parágrafo ao art. 169 da Constituição.

A expressão "nos termos da lei", que encerra o parágrafo, é de utilidade real para a definição dos minérios nucleares e seus compostos.

A vista do exposto, aguardamos o acolhimento da presente Proposta de Emenda Constitucional pelo Congresso.

Brasília, — Henrique Córdova — Angelino Rosa — João Linhares — Gomes da Silva — Airon Rios — Cláudio Sales — Cândido Sampaio — Blotta Júnior — Cunha Bueno — Nereu Guidi — Pedro Carolo — Adhemar Ghisi — Luiz Rocha — Jorge Vargas — Carlos Bacelar — Henrique Pretti — Jutahy Magalhães — Joaquim Coutinho — Lutz Braz — José Sally — Pedro Colin — Altair Chagas — Ernesto Valente — Lauro Leitão — Vieira Lima — Célio Marques Fernandes — Daso Coimbra — Igo Losso — Nunes Leal — Nelson Marchezan — Alcides Franciscato — Joaquim Guerra — Parente Frota — Wilmar Dallanhó — Abel Ávila — José Machado — José Thomé — Santos Filho — Adriano Valente — Jaison Barreto — José Costa — Theobaldo Barbosa — Antônio Ferreira — Francisco Amaral — Theodoro Mendes — Israel Dias-Novaes — Peixoto Filho — Antônio Anni-

belli — Walber Guimarães — Osvaldo Buskei — Expedito Zanotti — Alvaro Dias — Fábio Fonseca — Pedro Lauro — Inocêncio Oliveira — Odacir Klein — Tarcisio Delgado — Lygia Lessa Bastos — João Gilberto — Jerônimo Santana — Antônio Pontes — Nabor Júnior — Braga Ramos — Gerson Camata — Vasco Neto — Alípio de Carvalho — Ruy Bacelar — Marco Maciel — Amaury Müller — Padre Nobre — Ernesto de Marco — Joel Lima — Marcondes Gadelha — Joel Ferreira — Nosser Almeida — Flávio Marcião — Amaral Netto — Milton Steinbruch — Rogério Rego — Monsenhor Ferreira Lima — Moacyr Dalla — Fernando Gonçalves — Walter de Castro — Aloisio Santos — Gamaliel Galvão — JG de Araújo Jorge — Jorge Uequed — Fernando Lira — Fernando Cunha — Adhemar Santilo — Antônio Moraes — Nadyr Rossetti — Getúlio Dias — João Clímaco — José Mandelli — Antunes de Oliveira — Antônio Belinati — Osvaldo Zanello — Noidé Cerqueira — Henrique Cardoso — Mauro Sampaio — Jairo Brum — Antônio Menezes — Antônio Bresolin — Waldomiro Gonçalves — Marcelo Gato — Glória Júnior — Norton Macedo — Aluizio Paraguassu — Epitácio Cafeteira — Aroldo Carvalho — Carlos Wilson — Rubem Dourado — Luiz Henrique — Fernando Coelho — Walmor de Luca — Frederico Brandão — Ruy Côdo — Jorge Arbage — Nelson Thibau — Jader Barbalho — Marcos Tito — Cotta Barbosa — Carlos Cotta.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As propostas que acabam de ser lidas visam a regular matérias correlatas, devendo, consequentemente, tramitar em conjunto.

Assim sendo, esta Presidência, nos termos regimentais, irá designar, apenas, uma Comissão Mista que ficará incumbida do estudo das duas propostas.

De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pela Aliança Renovadora Nacional — Renato Franco, Virgílio Távora, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante, Eurico Rezende, Itálvio Coelho, João Calmon, Paulo Guerra e os Deputados Ernesto Valente, Nosser de Almeida, Celso Carvalho, Rafael Faraco, Carlos Wilson e Eduardo Galil.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Roberto Saturnino, Itamar Franco, Leite Chaves e os Srs. Deputados Osvaldo Lima, Mário Moreira, Vinicius Cansanção, Octacílio Queiroz e Antônio Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A Comissão, nos termos do artigo 74 do Regimento Comum, terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o parecer.

De acordo com o artigo 75 do Regimento Comum, perante a Comissão Mista, poderão ser apresentadas emendas, com a assinatura, no mínimo, de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N° 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS N°s 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS N°s 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES N°s 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES N°s 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

2 SUPLEMENTOS

{ ATOS COMPLEMENTARES N°s 97 a 99
LEIS COMPLEMENTARES N°s 13 a 20

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

DECRETO-LEI N° 200/67 — redação atualizada

- Legislação citada
- Legislação alteradora
- Legislação correlata

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas.

PREÇO: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes, 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.
Atendemos também pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO PENAL

QUADRO COMPARATIVO

O NOVO CÓDIGO PENAL

(DECRETO-LEI Nº 1004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6016/73)
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940

Notas

Alterações do Código Penal de 1940

Legislação correlata

Texto original do Decreto-lei nº 1.004/69

Exposição de Motivos do Código Penal de 1940

Exposição de Motivos do Código Penal de 1969

Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6.016/73

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: CR\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata

Ilícitos penais do Trânsito

Resoluções do CONTRAN

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PROCESSO LEGISLATIVO

- Emendas à Constituição
- Leis Complementares
- Leis Ordinárias
- Leis Delegadas
- Decretos-Leis
- Decretos Legislativos
- Resoluções

Conceito, iniciativa e elaboração das normas legais de acordo com disposições constitucionais e regimentais.

Preço: 15,00

Os pedidos deverão ser dirigidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes, 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
Centro Gráfico do Senado Federal.
Atendemos também pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Histórico completo do novo Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/73, de suas alterações (Lei nº 5.925/73) e das Leis que o aplicaram (Leis nºs 6.014/73 e 6.071/73).

Coleção em 6 Tomos — Preço: Cr\$ 180,00

Os pedidos deverão ser dirigidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes, 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
Centro Gráfico do Senado Federal.
Atendemos também pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 050